D.O.M.

Estado do Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2019. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XV Edição Nº
911

Assistência Social abre inscrições para oficinas e cursos

Centro de Convivência do Idoso, CRAS e CECAP oferecem desde cursos profissionalizantes a atividades de esporte e lazer

A Prefeitura de Mangaratiba oferece cursos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS's), Centros de Convivência do Idoso e Centro de Capacitação Profissionalizante (Cecap). As unidades oferecem cursos desde cuidador de idosos e inglês avançado a atividades de esporte e lazer.

Segundo a secretária adjunta de Assistência Social e Direitos Humanos, Anne Dumas, todos os Cras estão com vagas abertas. Já a unidade do Cecap em Muriqui, está com fila de espera para os seus cursos no momento. "Os cursos profissionalizantes ofertados no Cecap são de suma importância para possibilitar a geração de renda da população. Já as oficinas realizadas por nossos orientadores trabalham na prevenção às situações de vulnerabilidade, além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários", completou.

Para se inscrever, é preciso comparecer a unidade com RG, CPF, e comprovante de residência. No caso de crianças, certidão de nascimento do menor e documentação do responsável legal.

LOCAIS ONDE AS OFICINAS SÃO OFERECIDAS:

Centro de Convivência do idoso – Praia do Saco

Centro de Convivência do idoso – Muriqui

Cras e Núcleo de Convivência do idoso – Conceição de Jacareí

Cras - Praia do Saco

Cras e Núcleo de Convivência do Idoso – Itacuruçá

Cras - Muriqui

Cras e Núcleo de Convivência do Idoso – Bela Vista

Cras e Núcleo de Convivência do Idoso – Serra do Piloto

CECAP - Muriqui



EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2019, TOMADA DE PREÇOS N° 001/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 339/2019 PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
Contratante: MUNICIPIO DE MANGARATIBA
Contratado: MATEC RIO TECNICAS ELETRICAS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 03.524.757/0001-72
Modalidade: Tomada de Preços - Art. 22, §2° da Lei 8.666/93.
Objeto: O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa para EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO E CRECHES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA - RJ
Valor: R$ 1.459.038,42 (um milhão quatrocentos e cinqüenta e nove mil trinta e oito reais e quarenta e dois centavos),
Prazo: O prazo máximo para a entrega da obra será de 12 (doze) meses, conforme o Projeto Básico, e será contado a partir da autorização para início (Ordem de Serviço), que deverá ser expedida em até 90 (noventa) dias úteis a contar da assinatura do contrato
Data da Assinatura: Mangaratiba, 14 de Março de 2019.

Extrato do TERMO DE AJUSTE DE CONTAS N° 001/2019
Partes: O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA e ANTONIO ALVES DA SILVA– (CPF: 309.149.306-72)
Objeto: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA relativo ao pagamento pela locação de imóvel situado a RUA DR. RUBIÃO JUNIOR, 29 - CENTRO/ MANGARATIBA-RJ destinado a instalação da SEDE DO PONTO DE APOIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no valor total de R$ 5.914,80(cinco mil novecentos e quatorze reais e oitenta centavos), referente ao aluguel do mês de NOVEMBRO/2018, conforme consta no Processo Administrativo nº 13904/2018
Valor: R$ 5.914,80(cinco mil novecentos e quatorze reais e oitenta centavos),
Dotação Orçamentária nº: 06.01.04.122.0901.2.004.3.3.90.36.99.00.012 8.
Fundamentação: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos artigos 58 a 65, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e, ainda nas orientações do Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.
Processo Administrativo: 13904/2018
Data da Assinatura: Mangaratiba, 08 de Janeiro de 2019

Extrato do TERMO DE AJUSTE DE CONTAS N° 006/2019
Partes: O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA e ANTONIO ALVES DA SILVA – (CPF: 309.149.306-72)
Objeto: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA relativo ao pagamento pela locação de imóvel situado a RUA DR. RUBIÃO JUNIOR, 29 - CENTRO/ MANGARATIBA-RJ destinado a instalação da SEDE DO PONTO DE APOIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no valor total de R$ 5.914,80(cinco mil novecentos e quatorze reais e oitenta centavos), referente ao aluguel do mês de DEZEMBRO/2018, conforme consta no Processo Administrativo nº 315/2019.
Valor: O valor global do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é de R$ 5.914,80(cinco mil novecentos e quatorze reais e oitenta centavos)
Dotação Orçamentária nº: 06.01.04.122.0901.2.004.3.3.90.36.99.00.022 1
Fundamentação: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos artigos 58 a 65, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e, ainda nas orientações do Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

EXECUTIVO

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito

Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
Pedro Luiz Petti Lemelle

Procurador Geral do Município
Adilson Câmara

Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Priscila Souza da Silva

Controlador Geral do Município
Luiz Carlos Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Obras Planejamento e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Transportes
Jeferson Teixeira Terra

Secretário Municipal de Fazenda
Rodrigo Pacheco Pereira

Secretário Municipal de Finanças
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Paulo Tavares

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Antônio Marcos Barreto

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Roberto César Oliveira

Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Ordem Pública
Alexandre da Silva Mariano

Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil
Jorge Luis da Silva Mendonça

Secretária Municipal de Educação
Valdemar Alves Ribeiro Neto

Secretário Municipal de Comunicação
Antônio Carlos Aniceto

Presidente do Instituto José Miguel
Gilson Zanardo

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Elizabeth Antunes Moreira

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Renan Fraga Oggioni

LEGISLATIVO

Presidente
Carlos Alberto Ferreira Graçano

Vice Presidente
Fernando Luiz Peixoto Freijanes

2° Secretário
Eduardo Ferreira Jordão

Vereadores:
Carlos Alberto Ferreira Graçano
Cecília Ribeiro Cabral
Davi dos Santos Farias
Eduardo Ferreira Jordão
Emilson dos Santos Coelho
Fernando Luiz Peixoto Freijanes
Helder Rangel de Araújo
Humberto Costa
Renato José Pereira
Rodrigo Santos Bondim
Rogerio da Siva Jordes
Rômulo dos Santos Nogueira
Wladimir da Conceição Pereira

Processo Administrativo: 315/2019
Data da Assinatura: Mangaratiba, 04 de Fevereiro de 2019.

Extrato do TERMO DE AJUSTE DE CONTAS N° 007/2019
Partes: O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA e ENGEGASES ENGENHARIA DE GASES MEDICINAIS – (CNPJ Nº 03.154.558/0001-10)
Objeto: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA relativo ao pagamento pela Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE GASES MEDICINAIS, no valor total de R$ 97.135,00 (noventa e sete mil cento e trinta e cinco reais), conforme consta no Processo Administrativo nº 1786/2019
Valor: O valor global do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é de R$ 97.135,00 (noventa e sete mil cento e trinta e cinco reais)
Dotação Orçamentária nº: 29.01.10.302.0210.2.025-3.3.90.30.99-024
Fundamentação: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos artigos 58 a 65, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e, ainda nas orientações do Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.
Processo Administrativo: 1786/2019
Data da Assinatura: Mangaratiba, 12 de Fevereiro de 2019.

Extrato do TERMO DE AJUSTE DE CONTAS N° 008/2019
Partes: O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA e ANTONIO ALVES DA SILVA – (CPF: 309.149.306-72)
Objeto: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA relativo ao pagamento pela locação de imóvel situado a RUA DR. RUBIÃO JUNIOR, 29 - CENTRO/ MANGARATIBA-RJ destinado a instalação da SEDE DO PONTO DE APOIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no valor total de R$ 5.914,80(cinco mil novecentos e quatorze reais e oitenta centavos), referente ao aluguel do mês de JANEIRO/2019, conforme consta no Processo Administrativo nº 2990/2019.
Valor: O valor global do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é de R$ 5.914,80(cinco mil novecentos e quatorze reais e oitenta centavos)
Dotação Orçamentária nº: 06.01.04.122.0901.2.004.3.3.90.36.99.00.010 0
Fundamentação: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos artigos 58 a 65, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e, ainda nas orientações do Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.
Processo Administrativo: 2990/2019
Data da Assinatura: Mangaratiba, 08 de Março 2019.

ERRATA
No Jornal "Diário Oficial do Município de Mangaratiba", Edição nº 909 - Ano XV – Datado de 05 de Abril de 2019 - Página 08.
EXTRATO DO CONTRATO N° 002-A/2019 , DETERMINAÇÃO JUDICIAL PROC N° 0006856-55.2018.8.19.0030 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 9781/2018.
Onde se lê:
CNPJ-MF sob o nº 499.753.667-91
Modalidade: Dispensa de Licitação - artigo 24, inciso XXVII
Leia-se:
CNPJ-MF sob o nº 27.421.432/0001-22
Modalidade: Dispensa de Licitação - artigo 25, inciso II

ERRATA
No Jornal "Diário Oficial do Município de Mangaratiba", Edição nº 909 - Ano XV – Datado de 05 de Abril de 2019 - Página 08.
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 005/2018 – DISPENSA DE LICITAÇÃO (LOCAÇÃO) N° 002/2018 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 8560/2017.
Onde se lê:
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°005/20182
Modalidade: Termo Aditivo: Art. 57, II da Lei 8.666/93
Prazo: O presente instrumento fica prorrogado por 12(doze) meses, contados a partir 02 de fevereiro de 2020
Data da Assinatura: Mangaratiba, 11 de Fevereiro de 2019.
Valor: O valor mensal do presente aluguel é de R$ 5.327,13 (cinco mil trezentos e vinte e sete reais)
Leia-se:
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°005/2018
Modalidade: Termo Aditivo: Lei 8666/93 e Lei 8245/91
Prazo: O presente instrumento fica prorrogado por 12(doze) meses, contados a partir 02 de fevereiro de 2019
Data da Assinatura: Mangaratiba, 31 de Janeiro de 2019.
Valor: Valor: O valor mensal do presente aluguel é de R$ 5.327,13 (cinco mil trezentos e vinte e sete reais e treze centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9407/2018
OBJETO RESUMIDO: A presente licitação tem por objeto a Contratação de Empresa especializada no fornecimento de VESTUÁRIO E EPI para o Programa Municipal de Combate a Dengue da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil, conforme Termo de Referência - Anexo I, que integra o Edital.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Unitário.
DATA e HORA DA REALIZAÇÃO: 30 de Abril de 2019, às 13:00 horas.
LOCAL: A sessão realizar-se-á no CEID- Centro de Educação de Interatividade Educacional, localizado na Rua: Coronel Moreira da Silva nº 232, Centro- Mangaratiba.
LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Os interessados em participar deste Pregão poderão examinar e adquirir o respectivo edital na Comissão

Permanente de Licitação (CPL), nas dependências da Secretaria Adjunta de Suprimentos, Av. Vereador Célio Lopes, 27 – Centro – Mangaratiba/ RJ, de 10 às 16 horas. Em caso de esclarecimentos entrar em contato no telefone n.º (021) 2789-6042.
CUSTO: O edital e seus anexos poderão ser adquiridos, mediante a entrega de uma resma de papel A4, no endereço acima conforme o disposto no item 3.2. do edital.

Mangaratiba-RJ, 10 de abril de 2019.
Elen Garcia Machado.
Pregoeira
Port. 1310/2019.

Extrato do TERMO DE AJUSTE DE CONTAS N° 010/2019
Partes: O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA e ANTONIO ALVES DA SILVA – (CPF: 309.149.306-72)
Objeto: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA relativo ao pagamento pela locação de imóvel situado a RUA DR. RUBIÃO JUNIOR, 29 - CENTRO/ MANGARATIBA-RJ destinado a instalação da SEDE DO PONTO DE APOIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no valor total de R$ 5.914,80(cinco mil novecentos e quatorze reais e oitenta centavos), referente ao aluguel do mês de FEVEREIRO2019, conforme consta no Processo Administrativo nº 4128/2019.
Valor: O valor global do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é de R$ 5.914,80(cinco mil novecentos e quatorze reais e oitenta centavos)
Dotação Orçamentária nº: 06.01.04.122.0901.2.0043.3.90.36.99.00.0100
Fundamentação: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos artigos 58 a 65, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e, ainda nas orientações do Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.
Processo Administrativo: 4128/2019
Data da Assinatura: Mangaratiba, 03 de Abril de 2019

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 013/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO(S) N°s 8009/2018; 4801/2018; 7159/2018 e 14134/2017PP- SRP: 026/2018- REPUBLICAÇÃO.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higiene,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 13 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **BAZAR IRMÃOS MENDES LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.004.598/001-15**, Inscrição Estadual nº. 86.574.772, com sede a Rua Dom Walmor nº 15 Loja- Centro- Nova Iguaçu- RJ- Cep: 26.215-220, telefone (21) 96487-4639/ 7836-6293 endereço eletrônico: bazarirmaosmendes@gmail.com, neste ato, representada pelo Senhor Anderson Luis da Costa Mendes Oliveira, Brasileiro, Solteiro, Empresário, portador da Cédula de Identidade nº 28.692.80-3 emitido pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 054.337.297-96 e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higienização,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses, **conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Material	Medida	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
3	Álcool 96 graus, frasco plástico com no mínimo 1.000 ml do produto e com selo do INMETRO.	UNID	6.570	ARCHOTE	R$ 9,63	R$ 63.269,10
4	Álcool gel asséptico, teor alcoólico entre 60 e 70%, para uso tópico, embalagem com no mínimo 5 litros do produto.	UNID	2.000	PROJOHN	R$ 48,90	R$ 97.800,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

9	Cera líquida para ardósia – dispersão acríl. Emulsão de polietileno, solvente, plastificante, preservante, corante, antiespumante, surfactate fluorado, resina fumárica, fragância e água – frascos com no mínimo 750ml do produto.	UNID	6.125	WORKER	R$ 11,50	R$ 70.437,50
23	Detergente líquido neutro. Produto saneante com notificação da ANVISA.Com bico dosador. Aplicação: remoção de gordura de louças, talheres, panelas, aroma neutro,concentrado,hipoalergênico, acondicionado em frasco plástico com no mínimo 500ml do produto.	UNID	12.541	BARRA	R$ 1,47	R$ 18.435,27
30	Esponja dupla face, sendo uma face em fibra sintética com material abrasivo, e outra em espuma de poliuretano.	UNID	5.281	BRASILEIRINHA	R$ 1,35	R$ 7.129,35
45	Papel higiênico com 30 metros, folha dupla, 1ª qualidade, 100% celulose virgem, macio, branco e resistente. Pacote com 4 rolos.	PCT	22.858	VELUD	R$ 4,85	R$ 110.861,30
						R$ 367.932,52

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelos (as) servidores(as) responsáveis designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die*, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos serão requisitados conforme a necessidade de cada Secretaria participante, como segue:

7.1.1. Pela **Secretaria Municipal de Educação o**s materiais deverão ser entregues no Ponto de Apoio da Secretaria Municipal de Educação, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

7.1.1.1 Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento Contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos;

7.1.1.2 Os itens deverão ser entregues de forma parcelada. Os materiais serão recebidos por servidores da Secretaria Municipal de Educação designados Fiscais do Instrumento Contratual.

7.1.1.3 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.1.4 Os materiais deverão ser entregues **em embalagens originais e invioláveis** com prazo de validade de acordo com a perecividade de cada produto;

7.1.1.5 O recebimento da mercadoria, não desobriga a CONTRATADA de substituí-las se for constatada posteriormente, má qualidade, vícios ou defeitos, ficando sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

7.1.1.6 A prorrogação de prazo de entrega poderá ocorrer, a critério da Secretaria Municipal de Educação, após análise do mérito das justificativas apresentadas;

7.1.1.7 A entrega deverá ser realizada em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.2. Pela Fundação Mário Peixoto os produtos serão requisitados SEMANALMENTE OU DIARIAMENTE, conforme a necessidade da Fundação Mario Peixoto. Sendo os produtos conferidos pelos servidores designados para fiscalizar contrato, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei 8666/1993; **A entrega será na Fundação Mario Peixoto ou local diverso determinado pelo gestor da pasta**, onde a entrega será acordada com antecedência junto à CONTRATADA;

7.1.2.1 Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: De 2ª feira à 6ª feira, das 8hrs às 16hrs, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.1.2.2 Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

7.1.2.3. O prazo para início do fornecimento é de 02 (dois) dias úteis, após a solicitação efetuada pela CONTRATATENTE, através da Autorização de Fornecimento. E, prazo máximo de 5 (Cinco) dias úteis para término do fornecimento.

7.1.2.4 A Contratada deverá realizar a entrega solicitada no local determinado através de uma Nota Fiscal de simples remessa que deverá conter 03 (três) vias, sendo 1 (uma) para a Fundação Mario Peixoto, 1 (uma) para o Local que foi realizada a entrega e outra para o fornecedor. Todas deverão receber assinatura e carimbo da Unidade recebedora.

7.1.2.5 As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.2.6 Caso a empresa fornecedora não realize a entrega dos produtos solicitados, em sua totalidade, na data estipulada, o item remanescente não poderá ser entregue em data posterior, excetuada a hipótese de aceitação do respectivo Gestor da pasta e/ou fiscal do contrato.

7.1.3 Pela Secretaria de Administração e Suprimentos.

7.1.3.1. De posse do futuro Instrumento Contratual, a **CoordenaçãodeSuprimentos/Almoxarifado** da SEMAS fará um levantamento das necessidades de materiais necessários para o abastecimento do Almoxarifado central, tendo em vista que os mesmos atenderão às requisições das diversas Secretarias Municipais.

7.1.3.2. Após o levantamento das necessidades, a **Coordenação deSuprimentos / Almoxarifado**da SEMAS enviará para ciência do Secretário Municipal de Administração, **via CI**, **conforme Caput do Art. 62 e § 4º do mesmo Art. da lei 8.666/93,** a Autorização de Fornecimento com a **relação** dos itens levantados junto as Secretarias e o **valor total** a ser empenhado para cada Empresa em se havendo mais de uma vencedora, para posterior encaminhamento da Autorização de Fornecimento à empresa, pelo fiscal do contrato.

7.1.3.3. Após a ciência do Secretário de Administração e Suprimentos, **a CoordenaçãodeSuprimentos / Almoxarifado** encaminhará a autorização de Fornecimento acompanhado do Empenho à contratada, que procederá a entregado material **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, sito à **Praça Robert Simões nº 216, centro Mangaratiba – RJ**, em horário comercial das 08 às 12 h e das 13 às16 h, **no caso de mais de uma empresa será adotado o mesmo procedimento.**

7.1.3.4. A entrega se dará da seguinte forma:

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

a) **Provisoriamente**, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:
b) Abertura das embalagens;
c) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;
d) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos.
e) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material por parte da Secretaria Municipal de Administração.
f) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação.
g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, todo material irregular será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.4 Pela Secretaria de Saúde

7.1.4.1 Após o recebimento do empenho e autorização de fornecimento a Empresa vencedora do certame entregará os materiais, **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Praça Nossa Senhora da Guia, nº 141– Centro – Mangaratiba, em horário comercial das 08 às 16 h., que será **RECEBIDO** pelos funcionários do Setor de Almoxarifado na presença do Fiscal do Contrato. A distribuição dos materiais para as unidades será de responsabilidade do Diretor do Almoxarifado Central .

7.1.4.2 A entrega se dará da seguinte forma:

aProvisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;

c) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos;

d) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos materiais por parte da Secretaria Municipal de Saúde;
e) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação;

g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o material inadequado será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

IMPORTANTE: TODA NOTA FISCAL DEVERÁ SER ELETRÔNICA E CONTER AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS PRODUTOS CONFORME ESPECIFICADOS NO INTRUMENTO CONTRATUAL, BEM COMO MARCA, Nº DE LOTE, VALIDADE E ETC., NOS CASOS QUE COUBEREM.

7.2. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da **Secretaria Municipal de Saúde.**

7.3. As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da Contratada;

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretária Municipal de Educação que indicarão os servidores para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada **objetivando o fornecimento parcelado de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pelas **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre as **Secretaria Municipal de Educação**, e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pelas **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

PELA EMPRESA:

BAZAR IRMÃOS MENDES LTDA-ME
CNPJ sob o nº 19.004.598/001-15

Anderson Luis da Costa Mendes Oliveira
CPF: 054.337.297-96

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 014/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO(S) N°s 8009/2018; 4801/2018; 7159/2018 e 14134/2017PP- SRP: 026/2018- REPUBLICAÇÃO.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higiene,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 13 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **DIMARCA AMBIENTAL COMÉRCIO DE PRODUTO AMBIENTAL LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº 09.364.392/0001-42**, Inscrição Estadual nº. 78.462.493, com sede a Rua João Torquato, 157- A- Bonsucesso- RJ- Cep: 21.032-150, telefone (21) 3882-3002/3256-4569, endereço eletrônico: comercial@dimarcaambiental.com.br , neste ato, representada pelo Senhor Luiz Tadeu Mattos Rodrigues, Brasileiro, Casado, Empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.490.688 emitido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 483.190.317-53 e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higienização,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Material	Medida	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
37	Lixeira em plástico polipropileno resistente, tubular 100 litros, características adicionas com tampa articulada e pedal. Na cor branca.	UNID	420	LP	R$ 197,50	R$ 82.950,00
						R$ 82.950,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelos (as) servidores(as) responsáveis designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos serão requisitados conforme a necessidade de cada Secretaria participante, como segue:

7.1.1. Pela **Secretaria Municipal de Educação os** materiais deverão ser entregues no Ponto de Apoio da Secretaria Municipal de Educação, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

7.1.1.1 Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento Contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos;

7.1.1.2 Os itens deverão ser entregues de forma parcelada. Os materiais serão recebidos por servidores da Secretaria Municipal de Educação designados Fiscais do Instrumento Contratual.

7.1.1.3 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.1.4 Os materiais deverão ser entregues **em embalagens originais e invioláveis** com prazo de validade de acordo com a perecividade de cada produto;

7.1.1.5 O recebimento da mercadoria, não desobriga a CONTRATADA de substituí-las se for constatada posteriormente, má qualidade, vícios ou defeitos, ficando sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável;

7.1.1.6 A prorrogação de prazo de entrega poderá ocorrer, a critério da Secretaria Municipal de Educação, após análise do mérito das justificativas apresentadas;

7.1.1.7 A entrega deverá ser realizada em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.2. Pela Fundação Mário Peixoto os produtos serão requisitados SEMANALMENTE OU DIARIAMENTE, conforme a necessidade da Fundação Mario Peixoto. Sendo os produtos conferidos pelos servidores designados para fiscalizar contrato, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei 8666/1993; **A entrega será na Fundação Mario Peixoto ou local diverso determinado pelo gestor da pasta**, onde a entrega será acordada com antecedência junto à CONTRATADA;

7.1.2.1 Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: De 2ª feira à 6ª feira, das 8hrs às 16hrs, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.1.2.2 Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

7.1.2.3. O prazo para início do fornecimento é de 02 (dois) dias úteis, após a solicitação efetuada pela CONTRATATENTE, através da Autorização de Fornecimento. E, prazo máximo de 5 (Cinco) dias úteis para término do fornecimento.

7.1.2.4 A Contratada deverá realizar a entrega solicitada no local determinado através de uma Nota Fiscal de simples remessa que deverá conter 03 (três) vias, sendo 1 (uma) para a Fundação Mario Peixoto, 1 (uma) para o Local que foi realizada a entrega e outra para o fornecedor. Todas deverão receber assinatura e carimbo da Unidade recebedora.

7.1.2.5 As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.2.6 Caso a empresa fornecedora não realize a entrega dos produtos solicitados, em sua totalidade, na data estipulada, o item remanescente não poderá ser entregue em data posterior, excetuada a hipótese de aceitação do respectivo Gestor da pasta e/ou fiscal do contrato.

7.1.3 Pela Secretaria de Administração e Suprimentos.

7.1.3.1. De posse do futuro Instrumento Contratual, a **CoordenaçãodeSuprimentos/Almoxarifado** da SEMAS fará um levantamento das necessidades de materiais necessários para o abastecimento do Almoxarifado central, tendo em vista que os mesmos atenderão às requisições das diversas Secretarias Municipais.

7.1.3.2. Após o levantamento das necessidades, a **Coordenação deSuprimentos / Almoxarifado**da SEMAS enviará para ciência do Secretário Municipal de Administração, **via CI**, **conforme Caput do Art. 62 e § 4º do mesmo Art. da lei 8.666/93,** a Autorização de Fornecimento com a **relação** dos itens levantados junto as Secretarias e o **valor total** a ser empenhado para cada Empresa em se havendo mais de uma vencedora, para posterior encaminhamento da Autorização de Fornecimento à empresa, pelo fiscal do contrato.

7.1.3.3. Após a ciência do Secretário de Administração e Suprimentos, **a CoordenaçãodeSuprimentos / Almoxarifado** encaminhará a autorização de Fornecimento acompanhado do Empenho à contratada, que procederá a entregado material **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, sito à **Praça Robert Simões nº 216, centro Mangaratiba – RJ**, em horário comercial das 08 às 12 h e das 13 às16 h, **no caso de mais de uma empresa será adotado o mesmo procedimento.**

7.1.3.4. A entrega se dará da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:
b) Abertura das embalagens;
c) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;
d) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos.
e) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material por parte da Secretaria Municipal de Administração.
f) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação.
g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, todo material irregular será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.4 Pela Secretaria de Saúde

7.1.4.1 Após o recebimento do empenho e autorização de fornecimento a Empresa vencedora do certame entregará os materiais, **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Praça Nossa Senhora

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

da Guia, nº 141– Centro – Mangaratiba, em horário comercial das 08 às 16 h., que será **RECEBIDO** pelos funcionários do Setor de Almoxarifado na presença do Fiscal do Contrato. A distribuição dos materiais para as unidades será de responsabilidade do Diretor do Almoxarifado Central .

7.1.4.2 A entrega se dará da seguinte forma:

aProvisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;

c) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos;

d) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos materiais por parte da Secretaria Municipal de Saúde;

e) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação;

g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o material inadequado será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

IMPORTANTE: TODA NOTA FISCAL DEVERÁ SER ELETRÔNICA E CONTER AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS PRODUTOS CONFORME ESPECIFICADOS NO INTRUMENTO CONTRATUAL, BEM COMO MARCA, Nº DE LOTE, VALIDADE E ETC., NOS CASOS QUE COUBEREM.

7.2. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da **Secretaria Municipal de Saúde.**

7.3. As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da Contratada;

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretária Municipal de Educação que indicarão os servidores para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada **objetivando o fornecimento parcelado de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pelas **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre as **Secretaria Municipal de Educação**, e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pelas **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

PELA EMPRESA:

DIMARCA AMBIENTAL COMÉRCIO DE PRODUTO AMBIENTAL LTDA
CNPJ sob o nº 09.364.392/0001-42

Luiz Tadeu Mattos Rodrigues
CPF: 483.190.317-53

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 015/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO(S) N°s 8009/2018; 4801/2018; 7159/2018 e 14134/2017PP- SRP: 026/2018- REPUBLICAÇÃO.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higiene,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 13 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **DJ DIAS COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.874.862/0001-46**, Inscrição Estadual nº. 79.893.153, com sede a Rua Dr. Luiz Antonio Garcia da Silveira, nº 41- Centro- Piraí- RJ- Cep: 27.175-000, telefone (24) 2431-3446 endereço eletrônico: djcomercioltda@gmail.com , neste ato, representada pelo Senhor Juan de Freitas Dias, Brasileiro, Solteiro, Sócio Gerente, portador da Cédula de Identidade nº 0126984053 emitido pelo DIC- RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 096.371.387-65 e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higienização,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses, **conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Material	Medida	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
2	Água sanitária, solução germicida, alvejante, frasco plástico com no mínimo 1.000 ml do produto.	UNID	13.949	CORDEX	R$ 2,19	R$ 30.548,31
7	Balde, material plástico, tamanho grande com capacidade mínima 20 lts c/ alça em arame zincado artic. Por 2 orelhas cravadas lateralmente, bordas reforçadas, cores diversas	UNID	809	PLAS	R$ 8,19	R$ 6.625,71

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

12	Creme dental adulto, com flúor, sorbitol, carbonato de cálcio, carboximetilcelulose, lauril sulfato de sódio, sacarina sódica, pirofosfato tetrassódico, silicato de sódio, formaldeído, metilparabeno, propilparabeno, água. Contém monofluorfosfato de sódio. Tubos com com no mínmo 90g do produto.	UNID	1.984	ALG	R$ 2,75	R$ 5.456,00
13	Creme dental infantil com flúor, sorbitol, carbonato de cálcio, carboximetilcelulose, lauril sulfato de sódio, sacarina sódica, pirofosfato tetrassódico, silicato de sódio, comp. Aromática tutti frutti, formaldeído, metilparabeno, propilparabeno, água. Contém monofluorfosfato de sódio. Tubos com no mínimo 50g do produto.	UNID	4.703	ALG	R$ 4,15	R$ 19.517,45
17	Desentupidor de vaso sanitário confeccionado em borracha resistente com cabo colocado em madeira polida e tratada com selo do INMETRO.	UNID	237	4 I	R$ 5,53	R$ 1.310,61
22	Desodorizador sanitário (Pedra Sanitária) – peso mínimo 35g,aspecto físico tablete sólido, características adicionais com suporte plástico para vaso sanitário.	UNID	5.179	DESORAL	R$ 1,19	R$ 6.163,01
24	Dispenser para sabonete /álcool em gel com reservatório com capacidade de 500ml (sem utilização de refil); aplicação na parede, fácil manuseio, com kit de fixação composto por 02 parafusos, 02 buchas e 02 ventosas, na cor branca. Dimensões aproximadas: 22x8,3x8cm.	UNID	320	B.P	R$ 19,58	R$ 6.265,60
35	Lenço umedecido para bebê – hipoalergênico, sem álcool, acondicionado em embalagem com no mínimo 46 unidades de lenços.	PCT	3.648	T. SONINHO	R$ 8,95	R$ 32.649,60
43	Pano de prato em tecido encorpado e absorvente. 100% algodão, medindo no mínimo 0,42 x 0,68cm.	UNID	7.722	TEXTIL	R$ 2,99	R$ 23.088,78
44	Pano para limpeza, tecido de algodão cru (saco alvejado), medindo no mínimo: 54 x 74 cm.	UNID	8.961	TEXTIL	R$ 4,38	R$ 39.249,18
48	Rodo de borracha (40cm) c/ cabo borracha dupla, c/ base em madeira resistente ou em plástico, com comprimento mínimo de 40 cm, borracha c/ espessura mínima de 2mm de largura mínima de 3cm, c/ no mínimo 4 pontos de fixação a base, cabo inclinado com comprimento mínimo de 120cm, em madeira tratada, polida e sem pintura.	UNID	751	4 I	R$ 5,34	R$ 4.010,34

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

49	Rodo de borracha (60cm) c/ cabo borracha dupla, c/ base em madeira resistente ou em plástico, com comprimento mínimo de 40 cm, borracha c/ espessura mínima de 2mm de largura mínima de 3cm, c/ no mínimo 4 pontos de fixação a base, cabo inclinado com comprimento mínimo de 120cm, em madeira tratada, polida e sem pintura.	UNID	465	4 I	R$ 8,18	R$ 3.803,70
54	Sabonete em barra, sólido, peso mínimo 90g, com perfume, embalados individualmente.	UNID	3.379	B.V	R$ 1,65	R$ 5.575,35
61	Vasculho, palha, aplicação limpeza de tetos, nº do fio 3, cabo de madeira, medida 1,80.	UNID	240	4 I	R$ 11,20	R$ 2.688,00
64	Vassourinha para vaso sanitário, com cabo plástico e fios de nylon.	UNID	514	PACTUAL	R$ 4,60	R$ 2.364,40
						R$ 189.316,04

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelos (as) servidores(as) responsáveis designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsavel pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, tarnbém, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos serão requisitados conforme a necessidade de cada Secretaria participante, como segue:

7.1.1. Pela **Secretaria Municipal de Educação o**s materiais deverão ser entregues no Ponto de Apoio da Secretaria Municipal de Educação, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

7.1.1.1 Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento Contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos;

7.1.1.2 Os itens deverão ser entregues de forma parcelada. Os materiais serão recebidos por servidores da Secretaria Municipal de Educação designados Fiscais do Instrumento Contratual.

7.1.1.3 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.1.4 Os materiais deverão ser entregues **em embalagens originais e invioláveis** com prazo de validade de acordo com a perecividade de cada produto;

7.1.1.5 O recebimento da mercadoria, não desobriga a CONTRATADA de substituí-las se for constatada posteriormente, má qualidade, vícios ou defeitos, ficando sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável;

7.1.1.6 A prorrogação de prazo de entrega poderá ocorrer, a critério da Secretaria Municipal de Educação, após análise do mérito das justificativas apresentadas;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

7.1.1.7 A entrega deverá ser realizada em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.2. Pela Fundação Mário Peixoto os produtos serão requisitados SEMANALMENTE OU DIARIAMENTE, conforme a necessidade da Fundação Mario Peixoto. Sendo os produtos conferidos pelos servidores designados para fiscalizar contrato, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei 8666/1993; **A entrega será na Fundação Mario Peixoto ou local diverso determinado pelo gestor da pasta**, onde a entrega será acordada com antecedência junto à CONTRATADA;

7.1.2.1 Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: De 2ª feira à 6ª feira, das 8hrs às 16hrs, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.1.2.2 Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

7.1.2.3. O prazo para início do fornecimento é de 02 (dois) dias úteis, após a solicitação efetuada pela CONTRATATENTE, através da Autorização de Fornecimento. E, prazo máximo de 5 (Cinco) dias úteis para término do fornecimento.

7.1.2.4 A Contratada deverá realizar a entrega solicitada no local determinado através de uma Nota Fiscal de simples remessa que deverá conter 03 (três) vias, sendo 1 (uma) para a Fundação Mario Peixoto, 1 (uma) para o Local que foi realizada a entrega e outra para o fornecedor. Todas deverão receber assinatura e carimbo da Unidade recebedora.

7.1.2.5 As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.2.6 Caso a empresa fornecedora não realize a entrega dos produtos solicitados, em sua totalidade, na data estipulada, o item remanescente não poderá ser entregue em data posterior, excetuada a hipótese de aceitação do respectivo Gestor da pasta e/ou fiscal do contrato.

7.1.3 Pela Secretaria de Administração e Suprimentos.

7.1.3.1. De posse do futuro Instrumento Contratual, a **CoordenaçãodeSuprimentos/Almoxarifado** da SEMAS fará um levantamento das necessidades de materiais necessários para o abastecimento do Almoxarifado central, tendo em vista que os mesmos atenderão às requisições das diversas Secretarias Municipais.

7.1.3.2. Após o levantamento das necessidades, a **Coordenação deSuprimentos / Almoxarifado**da SEMAS enviará para ciência do Secretário Municipal de Administração, **via CI**, **conforme Caput do Art. 62 e § 4º do mesmo Art. da lei 8.666/93,** a Autorização de Fornecimento com a **relação** dos itens levantados junto as Secretarias e o **valor total** a ser empenhado para cada Empresa em se havendo mais de uma vencedora, para posterior encaminhamento da Autorização de Fornecimento à empresa, pelo fiscal do contrato.

7.1.3.3. Após a ciência do Secretário de Administração e Suprimentos, **a CoordenaçãodeSuprimentos / Almoxarifado** encaminhará a autorização de Fornecimento acompanhado do Empenho à contratada, que procederá a entregado material **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, sito à **Praça Robert Simões nº 216, centro Mangaratiba – RJ**, em horário comercial das 08 às 12 h e das 13 às16 h, **no caso de mais de uma empresa será adotado o mesmo procedimento.**

7.1.3.4. A entrega se dará da seguinte forma:

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

a) **Provisoriamente**, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:
b) Abertura das embalagens;
c) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;
d) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos.
e) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material por parte da Secretaria Municipal de Administração.
f) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação.
g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, todo material irregular será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.4 Pela Secretaria de Saúde

7.1.4.1 Após o recebimento do empenho e autorização de fornecimento a Empresa vencedora do certame entregará os materiais, **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Praça Nossa Senhora da Guia, nº 141– Centro – Mangaratiba, em horário comercial das 08 às 16 h., que será **RECEBIDO** pelos funcionários do Setor de Almoxarifado na presença do Fiscal do Contrato. A distribuição dos materiais para as unidades será de responsabilidade do Diretor do Almoxarifado Central .

7.1.4.2 A entrega se dará da seguinte forma:

aProvisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;

c) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos;

d) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos materiais por parte da Secretaria Municipal de Saúde;
e) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação;

g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o material inadequado será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

IMPORTANTE: TODA NOTA FISCAL DEVERÁ SER ELETRÔNICA E CONTER AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS PRODUTOS CONFORME ESPECIFICADOS NO INTRUMENTO CONTRATUAL, BEM COMO MARCA, Nº DE LOTE, VALIDADE E ETC., NOS CASOS QUE COUBEREM.

7.2. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da **Secretaria Municipal de Saúde.**

7.3. As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da Contratada;

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

8.2 – A Secretária Municipal de Educação que indicarão os servidores para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada **objetivando o fornecimento parcelado de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pelas **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre as **Secretaria Municipal de Educação**, e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pelas **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

PELA EMPRESA:

DJ DIAS COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA
CNPJ sob o nº 17.874.862/0001-46

Juan de Freitas Dias
CPF: 096.371.387-65

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 016/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO(S) N°s 8009/2018; 4801/2018; 7159/2018 e 14134/2017PP- SRP: 026/2018- REPUBLICAÇÃO.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higiene,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 13 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **LATTANZI COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.412.807/0001-80**, Inscrição Estadual nº. 78.010.908, com sede a Rua São Francisco, nº 336- Balneário Remanso- Rio das Ostras- RJ, telefone (22) 97401-3533/ (21) 98627-4653, endereço eletrônico: lattanzi@bol.com.br , neste ato, representada pelo Senhor André Luis Lopes Mendes, Brasileiro, Casado, Representante de Vendas, portador da Cédula de Identidade nº 088711304 emitido pelo DIC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 014.164.047-24 e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higienização,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Material	Medida	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
52	Sabão em pó para lavar roupa, de 1ª qualidade, autorizado pelo Ministério da saúde – ANVISA em embalagem com no mínimo 1kg do produto.	UNID	5.646	BARRA	R$ 9,76	R$ 55.104,96
60	Saponáceo em pó, embalagem com no mínimo 300g.	UNID	2.341	SANY	R$ 2,09	R$ 4.892,69
						R$ 59.997,65

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelos (as) servidores(as) responsáveis designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die*, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos serão requisitados conforme a necessidade de cada Secretaria participante, como segue:

7.1.1. Pela **Secretaria Municipal de Educação os** materiais deverão ser entregues no Ponto de Apoio da Secretaria Municipal de Educação, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

7.1.1.1 Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento Contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos;

7.1.1.2 Os itens deverão ser entregues de forma parcelada. Os materiais serão recebidos por servidores da Secretaria Municipal de Educação designados Fiscais do Instrumento Contratual.

7.1.1.3 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.1.4 Os materiais deverão ser entregues **em embalagens originais e invioláveis** com prazo de validade de acordo com a perecividade de cada produto;

7.1.1.5 O recebimento da mercadoria, não desobriga a CONTRATADA de substituí-las se for constatada posteriormente, má qualidade, vícios ou defeitos, ficando sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável;

7.1.1.6 A prorrogação de prazo de entrega poderá ocorrer, a critério da Secretaria Municipal de Educação, após análise do mérito das justificativas apresentadas;

7.1.1.7 A entrega deverá ser realizada em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.2. Pela Fundação Mário Peixoto os produtos serão requisitados SEMANALMENTE OU DIARIAMENTE, conforme a necessidade da Fundação Mario Peixoto. Sendo os produtos conferidos pelos servidores designados para fiscalizar contrato, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei 8666/1993; **A entrega será na Fundação Mario Peixoto ou local diverso determinado pelo gestor da pasta**, onde a entrega será acordada com antecedência junto à CONTRATADA;

7.1.2.1 Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: De 2ª feira à 6ª feira, das 8hrs às 16hrs, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.1.2.2 Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

7.1.2.3. O prazo para início do fornecimento é de 02 (dois) dias úteis, após a solicitação efetuada pela CONTRATATENTE, através da Autorização de Fornecimento. E, prazo máximo de 5 (Cinco) dias úteis para término do fornecimento.

7.1.2.4 A Contratada deverá realizar a entrega solicitada no local determinado através de uma Nota Fiscal de simples remessa que deverá conter 03 (três) vias, sendo 1 (uma) para a Fundação Mario Peixoto, 1 (uma) para o Local que foi realizada a entrega e outra para o fornecedor. Todas deverão receber assinatura e carimbo da Unidade recebedora.

7.1.2.5 As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.2.6 Caso a empresa fornecedora não realize a entrega dos produtos solicitados, em sua totalidade, na data estipulada, o item remanescente não poderá ser entregue em data posterior, excetuada a hipótese de aceitação do respectivo Gestor da pasta e/ou fiscal do contrato.

7.1.3 Pela Secretaria de Administração e Suprimentos.

7.1.3.1. De posse do futuro Instrumento Contratual, a **CoordenaçãodeSuprimentos/Almoxarifado** da SEMAS fará um levantamento das necessidades de materiais necessários para o abastecimento do Almoxarifado central, tendo em vista que os mesmos atenderão às requisições das diversas Secretarias Municipais.

7.1.3.2. Após o levantamento das necessidades, a **Coordenação deSuprimentos / Almoxarifado**da SEMAS enviará para ciência do Secretário Municipal de Administração, **via CI, conforme Caput do Art. 62 e § 4º do mesmo Art. da lei 8.666/93,** a Autorização de Fornecimento com a **relação** dos itens levantados junto as Secretarias e o **valor total** a ser empenhado para cada Empresa em se havendo mais de uma vencedora. para posterior encaminhamento da Autorização de Fornecimento à empresa, pelo fiscal do contrato.

7.1.3.3. Após a ciência do Secretário de Administração e Suprimentos, **a CoordenaçãodeSuprimentos / Almoxarifado** encaminhará a autorização de Fornecimento acompanhado do Empenho à contratada, que procederá a entregado material **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, sito à **Praça Robert Simões nº 216, centro Mangaratiba – RJ**, em horário comercial das 08 às 12 h e das 13 às16 h. **no caso de mais de uma empresa será adotado o mesmo procedimento.**

7.1.3.4. A entrega se dará da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:
b) Abertura das embalagens;
c) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;
d) O recebimento provisório dos materiais não constitui aceitação dos mesmos.
e) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material por parte da Secretaria Municipal de Administração.
f) Definitivamente, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação.
g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, todo material irregular será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.4 Pela Secretaria de Saúde

7.1.4.1 Após o recebimento do empenho e autorização de fornecimento a Empresa vencedora do certame entregará os materiais, **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Praça Nossa Senhora

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

da Guia, nº 141– Centro – Mangaratiba, em horário comercial das 08 às 16 h., que será **RECEBIDO** pelos funcionários do Setor de Almoxarifado na presença do Fiscal do Contrato. A distribuição dos materiais para as unidades será de responsabilidade do Diretor do Almoxarifado Central .

7.1.4.2 A entrega se dará da seguinte forma:

aProvisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;

c) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos;

d) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos materiais por parte da Secretaria Municipal de Saúde;

e) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação;

g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o material inadequado será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

IMPORTANTE: TODA NOTA FISCAL DEVERÁ SER ELETRÔNICA E CONTER AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS PRODUTOS CONFORME ESPECIFICADOS NO INTRUMENTO CONTRATUAL, BEM COMO MARCA, Nº DE LOTE, VALIDADE E ETC., NOS CASOS QUE COUBEREM.

7.2. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da **Secretaria Municipal de Saúde.**

7.3. As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da Contratada;

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretária Municipal de Educação que indicarão os servidores para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada **objetivando o fornecimento parcelado de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pelas **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre as **Secretaria Municipal de Educação**, e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pelas **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Secretaria Adjunta de Suprimentos Página **7** de **8**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

PELA EMPRESA:

LATTANZI COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA
CNPJ sob o nº 07.412.807/0001-80

André Luis Lopes Mendes
CPF: 014.164.047-24

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 017/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO(S) N°s 8009/2018; 4801/2018; 7159/2018 e 14134/2017PP- SRP: 026/2018- REPUBLICAÇÃO.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higiene,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 13 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **LAZZARI MARTINEZ COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.543.571/0001-47**, Inscrição Estadual nº. 78.519.797, com sede a Rua Ereneu Alves Ferreira, nº: GL 02 Lote 32- Bairro Sitio Caranguejo-Mangaratiba-RJ- Cep: 23.860-000, telefone (21) 3789-3299, endereço eletrônico: lazzarimartinez@gmail.com , neste ato, representada pela Senhora Ilen Mara Ramos de Oliveira, Brasileira, Solteira, Empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 101777308 emitido pelo Detran-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 045.561.327-38e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higienização,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Material	Medida	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
11	Cloro líquido/ Hipoclorito de sódio e água. Teor de Cloro ativo 3,0% A 5%, Embalagem deverá conter registro da ANVISA/MS. Frasco com no mínimo 1 L do produto.	UNID	5000	AUDAX	R$ 8,13	R$ 40.650,00
29	Esponja de aço, fios finíssimos emaranhados, saco com 04 unidades de no mínimo 14g.	PCT	5.510	KAROMA	R$ 1,22	R$ 6.722,20

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

36	Limpa Vidros, Produto Saneante com notificação na ANVISA.Material para limpeza de vidros ,embalagem com no mínimo 500ml do produto, e bico dosador.	UNID	514	WORKER	R$ 6,40	R$ 3.289,60
						R$ 50.661,80

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelos (as) servidores(as) responsáveis designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos serão requisitados conforme a necessidade de cada Secretaria participante, como segue:

7.1.1. Pela **Secretaria Municipal de Educação o**s materiais deverão ser entregues no Ponto de Apoio da Secretaria Municipal de Educação, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

7.1.1.1 Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento Contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos;

7.1.1.2 Os itens deverão ser entregues de forma parcelada. Os materiais serão recebidos por servidores da Secretaria Municipal de Educação designados Fiscais do Instrumento Contratual.

7.1.1.3 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.1.4 Os materiais deverão ser entregues **em embalagens originais e invioláveis** com prazo de validade de acordo com a perecividade de cada produto;

7.1.1.5 O recebimento da mercadoria, não desobriga a CONTRATADA de substituí-las se for constatada posteriormente, má qualidade, vícios ou defeitos, ficando sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável;

7.1.1.6 A prorrogação de prazo de entrega poderá ocorrer, a critério da Secretaria Municipal de Educação, após análise do mérito das justificativas apresentadas;

7.1.1.7 A entrega deverá ser realizada em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.2. Pela Fundação Mário Peixoto os produtos serão requisitados SEMANALMENTE OU DIARIAMENTE, conforme a necessidade da Fundação Mario Peixoto. Sendo os produtos conferidos pelos servidores designados para fiscalizar contrato, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei 8666/1993; **A entrega será na Fundação Mario Peixoto ou local diverso determinado pelo gestor da pasta**, onde a entrega será acordada com antecedência junto à CONTRATADA;

7.1.2.1 Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: De 2ª feira à 6ª feira, das 8hrs às 16hrs, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

7.1.2.2 Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

7.1.2.3. O prazo para início do fornecimento é de 02 (dois) dias úteis, após a solicitação efetuada pela CONTRATATENTE, através da Autorização de Fornecimento. E, prazo máximo de 5 (Cinco) dias úteis para término do fornecimento.

7.1.2.4 A Contratada deverá realizar a entrega solicitada no local determinado através de uma Nota Fiscal de simples remessa que deverá conter 03 (três) vias, sendo 1 (uma) para a Fundação Mario Peixoto, 1 (uma) para o Local que foi realizada a entrega e outra para o fornecedor. Todas deverão receber assinatura e carimbo da Unidade recebedora.

7.1.2.5 As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.2.6 Caso a empresa fornecedora não realize a entrega dos produtos solicitados, em sua totalidade, na data estipulada, o item remanescente não poderá ser entregue em data posterior, excetuada a hipótese de aceitação do respectivo Gestor da pasta e/ou fiscal do contrato.

7.1.3 Pela Secretaria de Administração e Suprimentos.

7.1.3.1. De posse do futuro Instrumento Contratual, a **CoordenaçãodeSuprimentos/Almoxarifado** da SEMAS fará um levantamento das necessidades de materiais necessários para o abastecimento do Almoxarifado central, tendo em vista que os mesmos atenderão às requisições das diversas Secretarias Municipais.

7.1.3.2. Após o levantamento das necessidades, a **Coordenação deSuprimentos / Almoxarifado**da SEMAS enviará para ciência do Secretário Municipal de Administração, **via CI**, **conforme Caput do Art. 62 e § 4º do mesmo Art. da lei 8.666/93,** a Autorização de Fornecimento com a **relação** dos itens levantados junto as Secretarias e o **valor total** a ser empenhado para cada Empresa em se havendo mais de uma vencedora, para posterior encaminhamento da Autorização de Fornecimento à empresa, pelo fiscal do contrato.

7.1.3.3. Após a ciência do Secretário de Administração e Suprimentos, **a CoordenaçãodeSuprimentos / Almoxarifado** encaminhará a autorização de Fornecimento acompanhado do Empenho à contratada, que procederá a entregado material **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, sito à **Praça Robert Simões nº 216, centro Mangaratiba – RJ**, em horário comercial das 08 às 12 h e das 13 às16 h, **no caso de mais de uma empresa será adotado o mesmo procedimento.**

7.1.3.4. A entrega se dará da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:
b) Abertura das embalagens;
c) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;
d) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos.
e) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material por parte da Secretaria Municipal de Administração.
f) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação.
g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, todo material irregular será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.4 Pela Secretaria de Saúde

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

7.1.4.1 Após o recebimento do empenho e autorização de fornecimento a Empresa vencedora do certame entregará os materiais, **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Praça Nossa Senhora da Guia, nº 141– Centro – Mangaratiba, em horário comercial das 08 às 16 h., que será **RECEBIDO** pelos funcionários do Setor de Almoxarifado na presença do Fiscal do Contrato. A distribuição dos materiais para as unidades será de responsabilidade do Diretor do Almoxarifado Central .

7.1.4.2 A entrega se dará da seguinte forma:

aProvisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;

c) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos;

d) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos materiais por parte da Secretaria Municipal de Saúde;

e) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação;

g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o material inadequado será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

IMPORTANTE: TODA NOTA FISCAL DEVERÁ SER ELETRÔNICA E CONTER AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS PRODUTOS CONFORME ESPECIFICADOS NO INTRUMENTO CONTRATUAL, BEM COMO MARCA, Nº DE LOTE, VALIDADE E ETC., NOS CASOS QUE COUBEREM.

7.2. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da **Secretaria Municipal de Saúde.**

7.3. As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da Contratada;

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretária Municipal de Educação que indicarão os servidores para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada **objetivando o fornecimento parcelado de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pelas **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre as **Secretaria Municipal de Educação**, e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pelas **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

PELA EMPRESA:

LAZZARI MARTINEZ COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME
CNPJ sob o nº 09.543.571/0001-47

Ilen Mara Ramos de Oliveira
CPF: 045.561.327-38

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 018/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO(S) N°s 8009/2018; 4801/2018; 7159/2018 e 14134/2017PP- SRP: 026/2018- REPUBLICAÇÃO.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higiene,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 13 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **MGO GOLVIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 21.057.713/0001-61,** Inscrição Municipal nº. 23.605, com sede a Rua Mauro Lucio de Araujo Pereira, 464- Somel- Itaguaí-RJ, CEP.: 23.825-420, telefone (21) 97031-4206, endereço eletrônico: cartushow.costaverde@hotmail.com , neste ato, representada pelo Senhor Ricardo Oliveira Golvim, Brasileiro, Casado, Empresário, portador da Cédula de Identidade nº 09.215.995-3 emitido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 028.698.267-61 e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higienização,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses, **conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Material	Medida	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
1	Absorvente Higiênico com abas, pct com 08 unid. Com cobertura seca ou suave.	PCT	1.411	COTTON LINE	R$ 2,75	R$ 3.880,25
5	Álcool isopropílico para limpeza de equipamentos eletrônicos, 99,5º INP em frasco com no mínimo 1L do produto, com prazo de validade não inferior a 18 meses, a partir do recebimento.	UNID	10	MAZZO	R$ 10,90	R$ 109,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

6	Algodão hidrófilo c/100% em algodão super absorvente extra macio,acondicionado em embalagem aproximadamente 250gr do produto.	UNID	1.300	APOLLO	R$ 11,15	R$ 14.495,00
8	Cera líquida incolor – dispersão acríl. Emulsão de polietileno, solvente, plastificante, preservante, corante, antiespumante, surfactate fluorado, resina fumárica, fragância e água – frascos com no mínimo 750ml do produto.	UNID	4.784	START	R$ 6,90	R$ 33.009,60
10	Cesto para roupas telado com tampa, cores variadas - capacidade 60L.	UNID	270	PLASNEW	R$ 31,90	R$ 8.613,00
14	Creme para pentear sem enxágüe infantil para ser utilizado diariamente em todos os tipos de cabelo. Fórmula suave, com extrato de girassol comp. De álcool cetoestearílico, propilparabeno, extrato de girassol etoxilado 20 oe, água deionizada, cloreto de cetrimônio, metilparabeno, poliquartenium 10, pantenol, fragrância. Frasco com no mínimo 250ml do produto.	UNID	2.626	NOVEX	R$ 8,88	R$ 23.318,88
15	Conjuntos de lixeira coleta seletiva. Lixeiras seletivas com suporte em aço, com 05 lixeiras com capacidade de 50L cada. As cores devem observar os padrões da coleta seletiva previstos na Resolução CONAMA nº 275/2001 (AZUL: papel/papelão; VERMELHO: plástico; VERDE: vidro; AMARELO: metal; PRETO: madeira; MARROM: resíduos orgânicos.) Dimensões aproximadas: 430X2040X1100mm Material: Polietileno de alta densidade Material do suporte: Aço 1010/20 com pintura na cor preta ou prata.	UNID	45	BELOSH	R$ 694,00	R$ 31.230,00
16	Desentupidor de pia confeccionado em borracha resistente com cabo colocado em madeira polida e tratada c/ selo do INMETRO.	UNID	251	ANIS	R$ 3,80	R$ 953,80
19	Desinfetante líquido, a base de óleo de crisoto 10% em latão com no mínimo 750 ml do produto. (Creolina)	UNID	163	VALÊNCIA	R$ 8,90	R$ 1.450,70
20	Desinfetante para indústria alimentícia. Incolor. Hipoclorito de sódio, aspecto líquido, odor característico, cor levemente amarelado, PH (solução 1/20 p/p) de 11,0 +/- 0,2. Galão de 05 litros.	UNID	80	VALÊNCIA	R$ 13,15	R$ 1.052,00
25	Dispenser para papel toalha interfolhado, na cor branca, capacidade para 200fls de 02 ou 03 dobras, utilização de folhas nas medidas mínimas de 20 x 21cm. Na cor branca.	UNID	320	ALWIN	R$ 24,25	R$ 7.760,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

26	Escova de pia, com cerdas sintéticas c/ comprimento mínimo de 2,5 cm, base plástico resistente, com dimensões mínimas de 5 x 11 cm, com no mínimo 30 furos justapostos e homogêneos, dispostos de forma a preencher toda a base, cerdas c/ espessura média de 0,60mm.	UNID	570	LIMPPANO	R$ 5,90	R$ 3.363,00
27	Escova dental média (infantil). Cerdas cruzadas, macias, nylon.	UNID	19.219	CONDOR	R$ 1,00	R$ 19.219,00
38	Lixeira em plástico polipropileno resistente, vai e vem modelo quadrada / tubular 30 litros.	UNID	740	PLASUTIL	R$ 44,84	R$ 33.181,60
39	Lixeira em polipropileno com capacidade de 60l com pedal. Na cor branca.	UND	429	PLASUTIL	R$ 122,45	R$ 52.531,05
46	Papel toalha interfolhado, folha dupla, cor branco, dimensões: 0,20x0,21m, papel 100% celulose, pacote com no mínimo 1.000 folhas.	PCT	2000	BABY	R$ 8,99	R$ 17.980,00
47	Pomada para proteger a pele de assadura– Tubo com no mínimo 90grs.	UNID	1.984	HUGGIES	R$ 17,29	R$ 34.303,36
50	Sabão com 54/56% de ácidos graxos, coco, tablete com peso mínimo de 200g.	UNID	5.901	YPÊ	R$ 1,50	R$ 8.851,50
53	Sabão pastoso, com óleo vegetal, hidróxido de potássio, fragrância, corante, água , embalagem com no mínimo 500g do produto. Com registro na ANVISA.	UNID	3.172	ASTRA	R$ 4,27	R$ 13.544,44
55	Sabonete infantil com glicerina - ácido estearico, óleo de palmister, bht, hidróxido de sódio, sacarose, água, glicerina, dipropilenoglicol, propilenoglicol, fragrância, corante ci 19.140 e álcool etílico. Unidades com no mínimo 75 g.	UNID	3.986	HUGGIES	R$ 4,64	R$ 18.495,04
56	Sabonete liquido perolado cremoso, embalagem com no mínimo 5 litros do produto.	UNID	1200	AUDAXCO	R$ 18,88	R$ 22.656,00
57	Saco plástico, capacidade 50 lts, resistente, para coleta de lixo domiciliar orgânico, na cor preta, com 0,8mm de espessura, de parede dupla, solda contínua, homogênea e uniforme, laterais sanfonadas, bordas regulares, acondicionado em pct, c/ 100 Und.	PCT	1.430	DOVER	R$ 20,23	R$ 28.928,90
58	Saco plástico, capacidade 100 lts, resistente, para coleta de lixo domiciliar orgânico, na cor preta, com 0,08mm de espessura, de parede dupla, solda contínua, homogênea e uniforme, laterais sanfonadas, bordas regulares, acondicionado em pct c/ 100 und.	PCT	1.510	DOVER	R$ 25,94	R$ 39.169,40
59	Saco plástico, capacidade 200 lts, resistente, para coleta de lixo domiciliar orgânico, na cor preta, com 0,08mm de espessura, de parede dupla, solda contínua, homogênea e uniforme, laterais sanfonadas, bordas regulares, acondicionado em pct c/ 100 und.	PCT	2000	DOVER	R$ 31,69	R$ 63.380,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

62	Vassoura de piaçava nº 06, comprimento mínimo da cepa 25 cm, com cabo de madeira resistente e cerdas bem fixadas e resistentes.	UNID	1.989	CEPA	R$ 7,22	R$ 14.360,58
63	Vassoura tipo gari 40 cm c/ cabo, material cerdas piaçava, material cabo madeira, material cepa madeira, comp. Cepa 40cm, tipo institucional, tipo cabo comprido, largura cepa 7,5cm, altura cepa 05cm, aplicação limpeza.	UNID	251	CEPA	R$ 9,17	R$ 2.301,67
65	Xampu infantil. Laurileter sulfato de sódio, laurileter sufosuccinato dissódico, 1,2 dibromo - 2, 4 dicianobutano, 2 fenoxietanol, edta dissodico, metilparabeno, propilparabeno, cocoanfodiaceta, to dissodico, lauriipoliglicose, polisorbato -80, dioleato de metilglicose, álcool laurilico etoxilado, fragrância, ci 19140, água desmineralizada - Embalagem com no mínimo 480ml do produto.	UNID	2.427	HUGGIES	R$ 11,40	R$ 27.667,80
						R$ 525.805,57

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelos (as) servidores(as) responsáveis designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die*, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos serão requisitados conforme a necessidade de cada Secretaria participante, como segue:

7.1.1. Pela **Secretaria Municipal de Educação** os materiais deverão ser entregues no Ponto de Apoio da Secretaria Municipal de Educação, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

7.1.1.1 Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento Contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos;

7.1.1.2 Os itens deverão ser entregues de forma parcelada. Os materiais serão recebidos por servidores da Secretaria Municipal de Educação designados Fiscais do Instrumento Contratual.

7.1.1.3 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.1.4 Os materiais deverão ser entregues **em embalagens originais e invioláveis** com prazo de validade de acordo com a perecividade de cada produto;

7.1.1.5 O recebimento da mercadoria, não desobriga a CONTRATADA de substituí-las se for constatada posteriormente, má qualidade, vícios ou defeitos, ficando sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

7.1.1.6 A prorrogação de prazo de entrega poderá ocorrer, a critério da Secretaria Municipal de Educação, após análise do mérito das justificativas apresentadas;

7.1.1.7 A entrega deverá ser realizada em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.2. Pela Fundação Mário Peixoto os produtos serão requisitados SEMANALMENTE OU DIARIAMENTE, conforme a necessidade da Fundação Mario Peixoto. Sendo os produtos conferidos pelos servidores designados para fiscalizar contrato, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei 8666/1993; **A entrega será na Fundação Mario Peixoto ou local diverso determinado pelo gestor da pasta**, onde a entrega será acordada com antecedência junto à CONTRATADA;

7.1.2.1 Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: De 2ª feira à 6ª feira, das 8hrs às 16hrs, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.1.2.2 Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

7.1.2.3. O prazo para início do fornecimento é de 02 (dois) dias úteis, após a solicitação efetuada pela CONTRATATENTE, através da Autorização de Fornecimento. E, prazo máximo de 5 (Cinco) dias úteis para término do fornecimento.

7.1.2.4 A Contratada deverá realizar a entrega solicitada no local determinado através de uma Nota Fiscal de simples remessa que deverá conter 03 (três) vias, sendo 1 (uma) para a Fundação Mario Peixoto, 1 (uma) para o Local que foi realizada a entrega e outra para o fornecedor. Todas deverão receber assinatura e carimbo da Unidade recebedora.

7.1.2.5 As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.2.6 Caso a empresa fornecedora não realize a entrega dos produtos solicitados, em sua totalidade, na data estipulada, o item remanescente não poderá ser entregue em data posterior, excetuada a hipótese de aceitação do respectivo Gestor da pasta e/ou fiscal do contrato.

7.1.3 Pela Secretaria de Administração e Suprimentos.

7.1.3.1. De posse do futuro Instrumento Contratual, a **CoordenaçãodeSuprimentos/Almoxarifado** da SEMAS fará um levantamento das necessidades de materiais necessários para o abastecimento do Almoxarifado central, tendo em vista que os mesmos atenderão às requisições das diversas Secretarias Municipais.

7.1.3.2. Após o levantamento das necessidades, a **Coordenação deSuprimentos / Almoxarifado**da SEMAS enviará para ciência do Secretário Municipal de Administração, **via CI**, **conforme Caput do Art. 62 e § 4º do mesmo Art. da lei 8.666/93,** a Autorização de Fornecimento com a **relação** dos itens levantados junto as Secretarias e o **valor total** a ser empenhado para cada Empresa em se havendo mais de uma vencedora, para posterior encaminhamento da Autorização de Fornecimento à empresa, pelo fiscal do contrato.

7.1.3.3. Após a ciência do Secretário de Administração e Suprimentos, **a CoordenaçãodeSuprimentos / Almoxarifado** encaminhará a autorização de Fornecimento acompanhado do Empenho à contratada, que procederá a entregado material **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, sito à **Praça Robert Simões nº 216, centro Mangaratiba – RJ**, em horário comercial das 08 às 12 h e das 13 às16 h, **no caso de mais de uma empresa será adotado o mesmo procedimento.**

7.1.3.4. A entrega se dará da seguinte forma:

Secretaria Adjunta de Suprimentos — Pagina **6** de **10**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

a) **Provisoriamente**, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:
b) Abertura das embalagens;
c) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;
d) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos.
e) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material por parte da Secretaria Municipal de Administração.
f) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação.
g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, todo material irregular será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.4 Pela Secretaria de Saúde

7.1.4.1 Após o recebimento do empenho e autorização de fornecimento a Empresa vencedora do certame entregará os materiais, **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Praça Nossa Senhora da Guia, nº 141– Centro – Mangaratiba, em horário comercial das 08 às 16 h., que será **RECEBIDO** pelos funcionários do Setor de Almoxarifado na presença do Fiscal do Contrato. A distribuição dos materiais para as unidades será de responsabilidade do Diretor do Almoxarifado Central .

7.1.4.2 A entrega se dará da seguinte forma:

aProvisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;

c) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos;

d) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos materiais por parte da Secretaria Municipal de Saúde;
e) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação;

g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o material inadequado será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

IMPORTANTE: TODA NOTA FISCAL DEVERÁ SER ELETRÔNICA E CONTER AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS PRODUTOS CONFORME ESPECIFICADOS NO INTRUMENTO CONTRATUAL, BEM COMO MARCA, Nº DE LOTE, VALIDADE E ETC., NOS CASOS QUE COUBEREM.

7.2. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da **Secretaria Municipal de Saúde.**

7.3. As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da Contratada;

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o

Secretaria Adjunta de Suprimentos
Página **7** de **10**

servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretária Municipal de Educação que indicarão os servidores para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada **objetivando o fornecimento parcelado de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pelas **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre as **Secretaria Municipal de Educação**, e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pelas **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessivel ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

Secretaria Adjunta de Suprimentos
Página **9** de **10**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

PELA EMPRESA:

MGO GOLVIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ sob o nº 21.057.713/0001-61

Ricardo Oliveira Golvim
CPF: 028.698.267-61

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 019/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO(S) N°s 8009/2018; 4801/2018; 7159/2018 e 14134/2017PP- SRP: 026/2018- REPUBLICAÇÃO.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higiene,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 13 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 18.589.619/0001-49,** Inscrição Estadual nº. 79.993.450, com sede a Rua Carlos Maximiano, 18- Fonseca- Niterói-RJ, telefone (21) 3608-7833, endereço eletrônico: somarrio.distribuidora@gmail.com , neste ato, representada pelo Senhor Valter Marques Filho, Brasileiro, Solteiro, Representante Comercial, portador da Cédula de Identidade nº 08.177.567-8 emitido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 003.189.677-40 e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higienização,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Material	Medida	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
21	Desodorizador de Ambientes tipo Aerosol. Lata com no mínimo 400 ml do produto.	UNID	1.669	AUDAX	R$ 9,09	R$ 15.171,21

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

28	Escova grande de roupa, com cerdas sintéticas c/ comprimento mínimo de 2,5cm, base de madeira resistente ou em plástico, com dimensões mínimas de 7 x 13cm, com no mínimo 50 tufos justapostos e homogêneos, dispostos de forma a preencher toda a base, cerdas com espessura média de 0,60mm.	UNID	1.782	S.JOÃO	R$ 4,39	R$ 7.822,98
41	Multiuso - linear (campestre) e água. Embalagem com no mínimo 500ml.	UNID	9.516	AUDAX	R$ 4,70	R$ 44.725,20
51	Sabão dupla ação neutro. Tensoativo, coadjuvante, emoliente, branqueador óptico, sequestraste, espessante, disperssante, preservante, corante, mascarante e água. Barra com pedo mínimo de 200g.	UNID	5.426	BARRA	R$ 1,98	R$ 10.743,48
						R$ 78.462,87

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelos (as) servidores(as) responsáveis designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos serão requisitados conforme a necessidade de cada Secretaria participante, como segue:

7.1.1. Pela **Secretaria Municipal de Educação os** materiais deverão ser entregues no Ponto de Apoio da Secretaria Municipal de Educação, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

7.1.1.1 Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento Contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos;

7.1.1.2 Os itens deverão ser entregues de forma parcelada. Os materiais serão recebidos por servidores da Secretaria Municipal de Educação designados Fiscais do Instrumento Contratual.

7.1.1.3 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.1.4 Os materiais deverão ser entregues **em embalagens originais e invioláveis** com prazo de validade de acordo com a perecividade de cada produto;

7.1.1.5 O recebimento da mercadoria, não desobriga a CONTRATADA de substituí-las se for constatada posteriormente, má qualidade, vícios ou defeitos, ficando sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável;

7.1.1.6 A prorrogação de prazo de entrega poderá ocorrer, a critério da Secretaria Municipal de Educação, após análise do mérito das justificativas apresentadas;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

7.1.1.7 A entrega deverá ser realizada em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.2. Pela Fundação Mário Peixoto os produtos serão requisitados SEMANALMENTE OU DIARIAMENTE, conforme a necessidade da Fundação Mario Peixoto. Sendo os produtos conferidos pelos servidores designados para fiscalizar contrato, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei 8666/1993; **A entrega será na Fundação Mario Peixoto ou local diverso determinado pelo gestor da pasta**, onde a entrega será acordada com antecedência junto à CONTRATADA;

7.1.2.1 Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: De 2ª feira à 6ª feira, das 8hrs às 16hrs, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.1.2.2 Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

7.1.2.3. O prazo para início do fornecimento é de 02 (dois) dias úteis, após a solicitação efetuada pela CONTRATATENTE, através da Autorização de Fornecimento. E, prazo máximo de 5 (Cinco) dias úteis para término do fornecimento.

7.1.2.4 A Contratada deverá realizar a entrega solicitada no local determinado através de uma Nota Fiscal de simples remessa que deverá conter 03 (três) vias, sendo 1 (uma) para a Fundação Mario Peixoto, 1 (uma) para o Local que foi realizada a entrega e outra para o fornecedor. Todas deverão receber assinatura e carimbo da Unidade recebedora.

7.1.2.5 As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.2.6 Caso a empresa fornecedora não realize a entrega dos produtos solicitados, em sua totalidade, na data estipulada, o item remanescente não poderá ser entregue em data posterior, excetuada a hipótese de aceitação do respectivo Gestor da pasta e/ou fiscal do contrato.

7.1.3 Pela Secretaria de Administração e Suprimentos.

7.1.3.1. De posse do futuro Instrumento Contratual, a **CoordenaçãodeSuprimentos/Almoxarifado** da SEMAS fará um levantamento das necessidades de materiais necessários para o abastecimento do Almoxarifado central, tendo em vista que os mesmos atenderão às requisições das diversas Secretarias Municipais.

7.1.3.2. Após o levantamento das necessidades, a **Coordenação deSuprimentos / Almoxarifado**da SEMAS enviará para ciência do Secretário Municipal de Administração, **via CI**, **conforme Caput do Art. 62 e § 4º do mesmo Art. da lei 8.666/93,** a Autorização de Fornecimento com a **relação** dos itens levantados junto as Secretarias e o **valor total** a ser empenhado para cada Empresa em se havendo mais de uma vencedora, para posterior encaminhamento da Autorização de Fornecimento à empresa, pelo fiscal do contrato.

7.1.3.3. Após a ciência do Secretário de Administração e Suprimentos**, a CoordenaçãodeSuprimentos / Almoxarifado** encaminhará a autorização de Fornecimento acompanhado do Empenho à contratada, que procederá a entregado material **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, sito à **Praça Robert Simões nº 216, centro Mangaratiba – RJ**, em horário comercial das 08 às 12 h e das 13 às16 h, **no caso de mais de uma empresa será adotado o mesmo procedimento.**

7.1.3.4. A entrega se dará da seguinte forma:

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

a) **Provisoriamente**, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:
b) Abertura das embalagens;
c) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;
d) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos.
e) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material por parte da Secretaria Municipal de Administração.
f) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação.
g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, todo material irregular será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.4 Pela Secretaria de Saúde

7.1.4.1 Após o recebimento do empenho e autorização de fornecimento a Empresa vencedora do certame entregará os materiais, **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Praça Nossa Senhora da Guia, nº 141– Centro – Mangaratiba, em horário comercial das 08 às 16 h., que será **RECEBIDO** pelos funcionários do Setor de Almoxarifado na presença do Fiscal do Contrato. A distribuição dos materiais para as unidades será de responsabilidade do Diretor do Almoxarifado Central **.**

7.1.4.2 A entrega se dará da seguinte forma:

aProvisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;

c) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos;

d) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos materiais por parte da Secretaria Municipal de Saúde;
e) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação;

g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o material inadequado será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

IMPORTANTE: TODA NOTA FISCAL DEVERÁ SER ELETRÔNICA E CONTER AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS PRODUTOS CONFORME ESPECIFICADOS NO INTRUMENTO CONTRATUAL, BEM COMO MARCA, Nº DE LOTE, VALIDADE E ETC., NOS CASOS QUE COUBEREM.

7.2. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da **Secretaria Municipal de Saúde.**

7.3. As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da Contratada;

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

8.2 – A Secretária Municipal de Educação que indicarão os servidores para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada **objetivando o fornecimento parcelado de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pelas **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre as **Secretaria Municipal de Educação**, e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pelas **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

PELA EMPRESA:

SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

CNPJ sob o nº 18.589.619/0001-49

Valter Marques Filho
CPF: 003.189.677-40

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 020/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO(S) N°s 8009/2018; 4801/2018; 7159/2018 e 14134/2017PP- SRP: 026/2018- REPUBLICAÇÃO.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higiene,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 13 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **TRIBÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.891.781/0001-21,** com sede a Av. Chopin, 87- Jardim Gramacho- Duque de Caxias- RJ- Cep: 25.050-580, telefone (21) 2652-7688/98054-4665, endereço eletrônico: tribaocomercioeservicos@gmail.com , neste ato, representada Senhora Izabella Almeida de Oliveira, Brasileiro, Casada, Empresário, portador da Cédula de Identidade nº 05925453010 CNH emitido pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 154.562.337-62 e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa especializada para **fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higienização,** para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Item	Material	Medida	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
18	Desinfetante aspecto físico líquido para banheiro, aplicação bactericida, características adicionais: aroma Pinho. Frasco com no mínimo 500 ml do produto.	UNID	13.127	WORKER	R$ 4,00	R$ 52.508,00
31	Flanela para limpeza, amarela, bordas com bainha costuradas, Nº 2, diâmetro mínimo· 30 x 50 cm.	UNID	3.734	AC	R$ 1,65	R$ 6.161,10

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

40	Lustra móveis para aplicação de móveis e superfícies de madeira envernizada, forma liquida embalagem com no mínimo 200ml.	UNID	699	WORKER	R$ 3,84	R$ 2.684,16
42	Pá de lixo, zinco, cabo em madeira, galvanização. Tamanho: 60cm.	UNID	438	JB	R$ 5,30	R$ 2.321,40
						R$ 63.674,66

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelos (as) servidores(as) responsáveis designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos serão requisitados conforme a necessidade de cada Secretaria participante, como segue:

7.1.1. Pela **Secretaria Municipal de Educação os** materiais deverão ser entregues no Ponto de Apoio da Secretaria Municipal de Educação, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

7.1.1.1 Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento Contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos;

7.1.1.2 Os itens deverão ser entregues de forma parcelada. Os materiais serão recebidos por servidores da Secretaria Municipal de Educação designados Fiscais do Instrumento Contratual.

7.1.1.3 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.1.4 Os materiais deverão ser entregues **em embalagens originais e invioláveis** com prazo de validade de acordo com a perecividade de cada produto;

7.1.1.5 O recebimento da mercadoria, não desobriga a CONTRATADA de substituí-las se for constatada posteriormente, má qualidade, vícios ou defeitos, ficando sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável;

7.1.1.6 A prorrogação de prazo de entrega poderá ocorrer, a critério da Secretaria Municipal de Educação, após análise do mérito das justificativas apresentadas;

7.1.1.7 A entrega deverá ser realizada em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

7.1.2. Pela Fundação Mário Peixoto os produtos serão requisitados SEMANALMENTE OU DIARIAMENTE, conforme a necessidade da Fundação Mario Peixoto. Sendo os produtos conferidos pelos servidores designados para fiscalizar contrato, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei 8666/1993; **A entrega será na Fundação Mario Peixoto ou local diverso determinado pelo gestor da pasta**, onde a entrega será acordada com antecedência junto à CONTRATADA;

Secretaria Adjunta de Suprimentos Página **3** de **8**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 08009/18
Apensos nº 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

7.1.2.1 Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: De 2ª feira à 6ª feira, das 8hrs às 16hrs, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.1.2.2 Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

7.1.2.3. O prazo para início do fornecimento é de 02 (dois) dias úteis, após a solicitação efetuada pela CONTRATATENTE, através da Autorização de Fornecimento. E, prazo máximo de 5 (Cinco) dias úteis para término do fornecimento.

7.1.2.4 A Contratada deverá realizar a entrega solicitada no local determinado através de uma Nota Fiscal de simples remessa que deverá conter 03 (três) vias, sendo 1 (uma) para a Fundação Mario Peixoto, 1 (uma) para o Local que foi realizada a entrega e outra para o fornecedor. Todas deverão receber assinatura e carimbo da Unidade recebedora.

7.1.2.5 As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.2.6 Caso a empresa fornecedora não realize a entrega dos produtos solicitados, em sua totalidade, na data estipulada, o item remanescente não poderá ser entregue em data posterior, excetuada a hipótese de aceitação do respectivo Gestor da pasta e/ou fiscal do contrato.

7.1.3 Pela Secretaria de Administração e Suprimentos.

7.1.3.1. De posse do futuro Instrumento Contratual, a **CoordenaçãodeSuprimentos/Almoxarifado** da SEMAS fará um levantamento das necessidades de materiais necessários para o abastecimento do Almoxarifado central, tendo em vista que os mesmos atenderão às requisições das diversas Secretarias Municipais.

7.1.3.2. Após o levantamento das necessidades, a **Coordenação deSuprimentos / Almoxarifado**da SEMAS enviará para ciência do Secretário Municipal de Administração, **via CI**, **conforme Caput do Art. 62 e § 4º do mesmo Art. da lei 8.666/93,** a Autorização de Fornecimento com a **relação** dos itens levantados junto as Secretarias e o **valor total** a ser empenhado para cada Empresa em se havendo mais de uma vencedora, para posterior encaminhamento da Autorização de Fornecimento à empresa, pelo fiscal do contrato.

7.1.3.3. Após a ciência do Secretário de Administração e Suprimentos, **a CoordenaçãodeSuprimentos / Almoxarifado** encaminhará a autorização de Fornecimento acompanhado do Empenho à contratada, que procederá a entregado material **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, sito à **Praça Robert Simões nº 216, centro Mangaratiba – RJ**, em horário comercial das 08 às 12 h e das 13 às16 h, **no caso de mais de uma empresa será adotado o mesmo procedimento.**

7.1.3.4. A entrega se dará da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:
b) Abertura das embalagens;
c) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;
d) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos.
e) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material por parte da Secretaria Municipal de Administração.
f) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação.
g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, todo material irregular será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Secretaria Adjunta de Suprimentos Página **4** de **8**

7.1.4 Pela Secretaria de Saúde

7.1.4.1 Após o recebimento do empenho e autorização de fornecimento a Empresa vencedora do certame entregará os materiais, **até o 5º dia útil subsequente ao recebimento**, **acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica**, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Praça Nossa Senhora da Guia, nº 141– Centro – Mangaratiba, em horário comercial das 08 às 16 h., que será **RECEBIDO** pelos funcionários do Setor de Almoxarifado na presença do Fiscal do Contrato. A distribuição dos materiais para as unidades será de responsabilidade do Diretor do Almoxarifado Central .

7.1.4.2 A entrega se dará da seguinte forma:

aProvisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, constando das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que o material atende as especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas;

c) O recebimento provisório dos **materiais** não constitui aceitação dos mesmos;

d) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos materiais por parte da Secretaria Municipal de Saúde;

e) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade dos materiais e consequente aceitação;

g) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o material inadequado será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

IMPORTANTE: TODA NOTA FISCAL DEVERÁ SER ELETRÔNICA E CONTER AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS PRODUTOS CONFORME ESPECIFICADOS NO INTRUMENTO CONTRATUAL, BEM COMO MARCA, Nº DE LOTE, VALIDADE E ETC., NOS CASOS QUE COUBEREM.

7.2. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da **Secretaria Municipal de Saúde.**

7.3. As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da Contratada;

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretária Municipal de Educação que indicarão os servidores para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada **objetivando o fornecimento parcelado de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pelas **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre as **Secretaria Municipal de Educação**, e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pelas **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17

Fls. _____

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 08009/18
Apensos n° 04801/18, 07159/18 e 14134/17
Fls. _____

PELA EMPRESA:

TRIBÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ sob o nº 21.891.781/0001-21

Izabella Almeida de Oliveira
Izabella Almeida de Oliveira
CPF: 154.562.337-62

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 07846/18
Apenso n° 05514/18

Rub._____ Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 005/2019.
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO Nº 07846/2018 e 05514/2018, PP- SRP: 019/2018- ITENS REMANESCENTES

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNES, FRIOS E EMBUTIDOS), para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 12 (doze) dias do mês de março de 2019, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ; inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **GRILL-RIO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ: 11.497.152/0001-68,** Inscrição Estadual nº. 78.991437, Inscrição Municipal nº. 21804 com sede a Avenida Deputado Octavio Cabral, nº 466, Itaguaí- RJ, telefone (21) 2688-2700/ 2688-3184, endereço eletrônico: grill-rio@bol.com.br, neste ato, representada pelo Senhor Reinaldo José Cerqueira, Brasileiro, Casado, Gerente. portador da Cédula de Identidade nº 038445904 emitido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 115.863.977-53 e, daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

Cabe ressaltar que esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERE-SE SOMENTE PARA A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à **Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNES, FRIOS E EMBUTIDOS), para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 07846/18
Apenso n° 05514/18

Rub._____ Fls. _____

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE EDUCAÇÃO	UNIDADE	Valor Unitário	Valor Global
1	Coxa e Sobre coxa de Frango,primeira qualidade, embalagem tipo exportação, fornecida a granel, em camadas interfolhadas por laminados plásticos,acondicionados em caixa de papelão com cerca de 18 kg líquidos dos produtos, congelados a -18ºc pelo processo de frio rápido em túnel de congelamento, com perda máxima de peso no degelo de 6% do peso bruto e validade mínima no momento da entrega 06 meses	26002	kg	**R$ 5,99**	**R$ 155.751,98**
2	Filé de pescada	21632	kg	**R$ 21,00**	**R$ 454.272,00**
					R$ 610.023,98

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;
c) Peso líquido;
d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 07846/18
Apenso n° 05514/18

Rub._____ Fls. _____

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die*, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos poderão ser requisitados SEMANALMENTE, dentro do período letivo, conforme a necessidade de cada Unidade e serão conferidos pelos Diretores e servidores, designados fiscais do Instrumento Contratual, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei Federal nº 8666/1993; **A entrega será nas Unidades Escolares (ponto a ponto)** descritas no Anexo III com exceção das Unidades Escolares localizadas em ilhas, onde a entrega deverá ser realizada até as 06:30 h nos cais determinados;

Secretaria Adjunta de Suprimentos Página **3** de **7**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 07846/18
Apenso n° 05514/18

Rub._____ Fls. _____

7.2. Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: Toda 2ª feira ou 3ª feira, caso o dia pré determinado seja feriado, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data.

7.3. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações, mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação.

7.4. O prazo para o fornecimento é de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Educação, através da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A Secretaria Municipal de Educação do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNES, FRIOS E EMBUTIDOS), para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social,, para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre Secretaria Municipal de Educação a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 07846/18
Apenso n° 05514/18

Rub._____ Fls. _____

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela Secretaria Municipal de Educação, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 07846/18
Apenso n° 05514/18

Rub._____ Fls. _____

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 07846/18
Apenso n° 05514/18

Rub._____ Fls. _____

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

PELA EMPRESA:

GRILL-RIO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ: 11.497.152/0001-68

Reinaldo José Cerqueira
CPF: 115.863.977-53

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 035/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação.

PROCESSO Nº 05440/2018.

OBJETO: Contratação de Empresa para futura e eventual aquisição de Utensílios de Cozinha para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e a Secretaria de Educação, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 14 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **BAZAR IRMÃOS MENDES LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.004.598/001-15**, Inscrição Estadual nº. 86.574.772, com sede a Rua Dom Walmor nº 15 Loja- Centro- Nova Iguaçu- RJ- Cep: 26.215-220, telefone (21) 96487-4639/ 7836-6293 endereço eletrônico: bazarirmaosmendes@gmail.com, neste ato, representada pelo Senhor Anderson Luis da Costa Mendes Oliveira, Brasileiro, Solteiro, Empresário, portador da Cédula de Identidade nº 28.692.80-3 emitido pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 054.337.297-96 e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa para futura e eventual aquisição de Utensílios de Cozinha para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e a Secretaria de Educação, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	Valor Unitário	Valor Global
1	Colher de mesa em inox	2250	unid	SIMONA	R$ 6,17	R$ 13.882,50
4	Colher de sobremesa em	2165	unid	TRAMONTINA	R$ 5,99	R$ 12.968,35
14	Pegador em inox para mexer e servir alimentos **Tamanho 2**	57	unid	BRINOX	R$ 15,40	R$ 877,80
28	Caldeirão de inox Médio	37	unid	GP INOX	R$ 280,00	R$ 10.360,00
39	Bacia plástica Grande	49	unid	USUAL PLASTIC	R$ 41,90	R$ 2.053,10
40	Bacia plástica Média	72	unid	JAGUAR	R$ 29,65	R$ 2.134,80
41	Bacia plastica pequena	56	unid	JAGUAR	R$ 27,65	R$ 1.548,40
48	Lixeira plástica com tampa e pedal para área interna Grande	14	unid	USAPLAST	R$ 209,00	R$ 2.926,00
49	Lixeira plástica com tampa e pedal para área interna Média	31	unid	USAPLAST	R$ 162,00	R$ 5.022,00
58	Colher em polietileno e inox pequena	82	unid	KITPLAS	R$ 57,90	R$ 4.747,80
59	Socador de Alho em polietileno e inox	42	unid	KITPLAS	R$ 146,00	R$ 6.132,00
66	Prato fundo em vidro temperado para refeições	1655	unid	DURALEX	R$ 5,35	R$ 8.854,25
74	Canecão de Alumínio Grande	70	unid	CAMBE	R$ 54,60	R$ 3.822,00
79	Escorredor de alumínio Grande	21	unid	ABC	R$ 124,95	R$ 2.623,95
80	Escorredor de alumínio Médio	60	unid	ABC	R$ 68,60	R$ 4.116,00
						R$ 82.068,95

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o acondicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1 - Os equipamentos deverão ser entregues no Ponto de Apoio da SME, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

7.2 - Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os equipamentos entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

7.4 - O aceite dos equipamentos pela Contratante não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos equipamentos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seu anexo, verificadas posteriormente , garantindo-se à Contratante as faculdades previstas em Legislação pertinente.

7.5 - A entrega será comprovada por Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente assinado, após satisfeitas as seguintes condições:

7.5.1 Equipamentos devidamente embalados, acondicionados e identificados;

7.5.2 Verificação de aderência às marcas, modelos e preços constantes do instrumento contratual e na proposta comercial;

7.5.3 Verificação física para constatar irregularidades dos equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A **Secretaria Municipal de Educação** do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que mediante sistema de troca**,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre **Secretaria Municipal de Educação,** e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 05440/18

Fls. _____

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

PELA EMPRESA:

BAZAR IRMÃOS MENDES LTDA-ME
CNPJ sob o nº 19.004.598/001-15

Anderson Luis da Costa Mendes Oliveira
CPF: 054.337.297-96

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 036/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação.

PROCESSO Nº 05440/2018.

OBJETO: Contratação de Empresa para futura e eventual aquisição de Utensílios de Cozinha para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e a Secretaria de Educação, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 14 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **LAZZARI MARTINEZ COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.543.571/0001-47**, Inscrição Estadual nº. 78.519.797, com sede a Rua Ereneu Alves Ferreira, nº: GL 02 Lote 32- Bairro Sitio Caranguejo-Mangaratiba-RJ- Cep: 23.860-000, telefone (21) 3789-3299, endereço eletrônico: lazzarimartinez@gmail.com , neste ato, representada pela Senhora Ilen Mara Ramos de Oliveira, Brasileira, Casada, Empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 101777308 emitido pelo Detran-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 045.561.327-38 e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa para futura e eventual aquisição de Utensílios de Cozinha para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e a Secretaria de Educação, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	Valor Unitário	Valor Global
3	Faca de mesa em inox	2378	unid	DISSOLE	R$ 6,90	R$ 16.408,20

Secretaria Adjunta de Suprimentos

Página 1 de 8

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

5	Concha em inox para mexer e servir alimentos Tamanho 1	57	unid	PLASVALE	R$ 17,04	R$ 971,28
6	Concha em inox para mexer e servir alimentos **Tamanho 2**	56	unid	PLASVALE	R$ 27,10	R$ 1.517,60
7	Escumadeira em inox para mexer e servir alimentos **Tamanho 1**	58	unid	PLASVALE	R$ 16,95	R$ 983,10
8	Escumadeira em inox para mexer e servir alimentos **Tamanho 2**	57	unid	PLASVALE	R$ 24,90	R$ 1.419,30
9	Garfo em inox para mexer e servir alimentos **Tamanho 1**	55	unid	PLASVALE	R$ 11,10	R$ 610,50
11	Colher em inox para mexer e servir alimentos **Tamanho 1**	60	unid	PLASVALE	R$ 13,90	R$ 834,00
12	Colher em inox para mexer e servir alimentos **Tamanho 2**	59	unid	PLASVALE	R$ 27,10	R$ 1.598,90

Secretaria Adjunta de Suprimentos

Página **2** de **8**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 05440/18

Fls. _____

13	Pegador em inox para mexer e servir alimentos **Tamanho 1**	56	unid	PLASVALE	R$ 13,35	R$ 747,60
15	Faca em inox para corte de carne, com fio liso **6" (Polegadas)**	62	unid	DISSOLE	R$ 30,00	R$ 1.860,00
16	Faca em inox para corte de carne, com fio liso **8" (Polegadas)**	56	unid	DISSOLE	R$ 31,00	R$ 1.736,00
18	Faca em inox para cortes diversos, com fio liso **8" (Polegadas)**	68	unid	DISSOLE	R$ 28,90	R$ 1.965,20
19	Faca em inox para corte de legumes, com fio liso **3" (Polegadas)**	96	unid	DISSOLE	R$ 13,00	R$ 1.248,00
20	Faca em inox para corte de pães, com fio serrilhado **8" (Polegadas)**	56	unid	DISSOLE	R$ 14,00	R$ 784,00
21	Bandeja em inox Grande	37	unid	EURO	R$ 96,50	R$ 3.570,50
30	Pá para bolo em inox	2	unid	GOURMET MIX	R$ 14,20	R$ 28,40
31	Porta Guardanapo em inox	8	unid	PLASVALE	R$ 19,90	R$ 159,20
35	Rechaud Redondo em inox	2	unid	EURO	R$ 448,20	R$ 896,40
36	Colher para café em inox	100	unid	DISSOLE	R$ 1,75	R$ 175,00
44	Caixa plástica para mantimentos/alimentos - Pequena	58	unid	PLAS	R$ 31,00	R$ 1.798,00
45	Saladeira plástica grande	19	unid	PLAS	R$ 28,00	R$ 532,00
46	Saladeira plástica média	43	unid	PLAS	R$ 20,00	R$ 860,00

Secretaria Adjunta de Suprimentos

Página **3** de **8**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

47	Saladeira plástica pequena	9	unid	PLAS	R$ 13,00	R$ 117,00
50	Kit para alimentação escolar: Prato, caneca, cumbuca e colher	3500	unid	MALTA	R$ 12,89	R$ 45.115,00
51	Prato em polipropileno para alimentação de bebês	245	unid	MALTA	R$ 14,40	R$ 3.528,00
54	Tabua para corte de Alimentos crus e cozidos na cor vermelha	47	unid	MALTA	R$ 55,00	R$ 2.585,00
55	Tabua para corte de Alimentos crus e cozidos na cor verde	40	unid	MALTA	R$ 55,00	R$ 2.200,00
56	Tabua para corte de Alimentos crus e cozidos na cor branca	47	unid	MALTA	R$ 55,00	R$ 2.585,00
72	Caldeirão de Alumínio Grande	1	unid	BRILHANTE	R$ 130,00	R$ 130,00
73	Caldeirão de Alumínio Médio	36	unid	BRILHANTE	R$ 125,00	R$ 4.500,00
75	Canecão de Alumínio Médio	2	unid	BRILHANTE	R$ 29,90	R$ 59,80
76	Assadeira de Alumínio Grande	12	unid	BRILHANTE	R$ 94,00	R$ 1.128,00
77	Assadeira de Alumínio Média	72	unid	BRILHANTE	R$ 89,00	R$ 6.408,00
78	Assadeira de Alumínio Pequena	9	unid	BRILHANTE	R$ 65,00	R$ 585,00
81	Panela de Pressão 7 Litros	22	unid	ALUNAC	R$ 73,00	R$ 1.606,00
84	Panela de Pressão 20 Litros	5	unid	FULGOR	R$ 420,00	R$ 2.100,00
91	Garrafa Térmica 9 litros	2	unid	INVICTA	R$ 124,00	R$ 248,00
92	Garrafa Térmica 1 litro	2	unid	INVICTA	R$ 24,00	R$ 48,00
95	Garrafa Térmica 6 litros	1	unid	INVICTA	R$ 159,00	R$ 159,00
						R$ 113.804,98

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o acondicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1 - Os equipamentos deverão ser entregues no Ponto de Apoio da SME, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

7.2 - Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os equipamentos entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis;

7.4 - O aceite dos equipamentos pela Contratante não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos equipamentos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seu anexo, verificadas posteriormente , garantindo-se à Contratante as faculdades previstas em Legislação pertinente.

7.5 - A entrega será comprovada por Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente assinado, após satisfeitas as seguintes condições:

7.5.1 Equipamentos devidamente embalados, acondicionados e identificados;

7.5.2 Verificação de aderência às marcas, modelos e preços constantes do instrumento contratual e na proposta comercial;

7.5.3 Verificação física para constatar irregularidades dos equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A **Secretaria Municipal de Educação** do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que mediante sistema de troca**,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre **Secretaria Municipal de Educação,** e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

Secretaria Adjunta de Suprimentos

Página **6** de **8**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

PELA EMPRESA:

LAZZARI MARTINEZ COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME
CNPJ sob o nº 09.543.571/0001-47

Ilen Mara Ramos de Oliveira
CPF: 045.561.327-38

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 037/2019
Órgão: Secretaria Municipal de Educação.

PROCESSO Nº 05440/2018.

OBJETO: Contratação de Empresa para futura e eventual aquisição de Utensílios de Cozinha para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e a Secretaria de Educação, pelo período de 12 (doze) meses.
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 3812, de 26 de julho de 2017 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 14 dias do mês de março de 2019, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Sra. Daniela de Souza Veríssimo da Silva,** Professora II, Casada, portadora da Cédula de identidade sob o número 10.532.801-7 emitido pelo DETRAN-DIC, CPF/MF 071.547.907-50, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação** e, de outro lado, a empresa **SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 18.589.619/0001-49,** Inscrição Estadual nº. 79.993.450, com sede a Rua Carlos Maximiano, 18- Fonseca- Niterói-RJ, telefone (21) 3608-7833, endereço eletrônico: somarrio.distribuidora@gmail.com , neste ato, representada pelo Senhor Valter Marques Filho, Brasileiro, Solteiro, Representante Comercial, portador da Cédula de Identidade nº 08.177.567-8 emitido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 003.189.677-40 e, daqui por diante, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 3812, de 26 de Julho de 2017, e suas posteriores alterações, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1 - Registro de preços, visando à Contratação de Empresa para futura e eventual aquisição de Utensílios de Cozinha para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e a Secretaria de Educação, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme Termo de Referência - Anexo I,** parte integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	Valor Unitário	Valor Global
2	Garfo de mesa em inox	2288	unid	DI NICE	R$ 3,98	R$ 9.106,24
24	Caçarola em inox Pequena	38	unid	TRAMONTINA	R$ 304,00	R$ 11.552,00
42	Caixa plástica para mantimentos -Grande	67	unid	PLASVALE	R$ 102,00	R$ 6.834,00
43	Caixa plástica para mantimentos/alimentos - Média	69	unid	PLASVALE	R$ 41,50	R$ 2.863,50
53	Copo com alça antivazamento em polipropileno para alimentação de bebês	268	unid	LILLO	R$ 42,00	R$ 11.256,00
60	Mamadeira em policarbonato 260ml	170	unid	LILLO	R$ 24,60	R$ 4.182,00
62	Bico de mamadeira silicone bico ortodôntico	85	unid	FIONA	R$ 24,00	R$ 2.040,00
85	Prato Raso para refeições em porcelana	200	unid	SCHIMID	R$ 12,10	R$ 2.420,00
						R$ 50.253,74

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Anexo I, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;
b) Nome e endereço da empresa;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 - O material será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Anexo I do presente edital.

4.4. É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o acondicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretária Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o edital. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um descosnto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Maximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1 - Os equipamentos deverão ser entregues no Ponto de Apoio da SME, no endereço Estrada RJ 14, Lote 02, Quadra AI, Cerrado - Itacuruçá – Mangaratiba – RJ, em horário comercial;

7.2 - Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os equipamentos entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis;

7.4 - O aceite dos equipamentos pela Contratante não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos equipamentos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seu anexo, verificadas posteriormente , garantindo-se à Contratante as faculdades previstas em Legislação pertinente.

7.5 - A entrega será comprovada por Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente assinado, após satisfeitas as seguintes condições:

7.5.1 Equipamentos devidamente embalados, acondicionados e identificados;

7.5.2 Verificação de aderência às marcas, modelos e preços constantes do instrumento contratual e na proposta comercial;

7.5.3 Verificação física para constatar irregularidades dos equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo nº 05440/18

Fls. _____

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A **Secretaria Municipal de Educação** do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que mediante sistema de troca**,** para atendimento das eventuais necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela **Secretaria Municipal de Educação**, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre **Secretaria Municipal de Educação,** e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 3812, de 26 de Julho de 2017 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Secretaria Adjunta de Suprimentos

Processo n° 05440/18

Fls. _____

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

PELA EMPRESA:

SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

CNPJ sob o nº 18.589.619/0001-49

Valter Marques Filho
CPF: 003.189.677-40

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 4.044, DE 05 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE AS NORMAS DISCIPLINADORAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação vigente e nos termos do Art. 92, VII da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba,

DECRETA:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O processo administrativo tributário será regido pelas disposições deste Decreto, sendo iniciado por petição da parte interessada ou, de ofício, pela autoridade competente.

§ 1.º Processo tributário, para os efeitos deste Decreto, é aquele que tem por objeto a interpretação ou a aplicação da legislação tributária.

§ 2.º O servidor executará os atos processuais pertinentes no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I
DOS REQUERENTES

Art. 2.º A parte interessada poderá requerer, pessoalmente, ou por intermédio de representante habilitado na forma da lei civil.

Art. 3.º Os órgãos de classe poderão representar interesses gerais da respectiva categoria econômica ou profissional.

CAPÍTULO II
DOS PRAZOS

Art. 4.º Os prazos são contínuos e peremptórios, excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o vencimento.

Art. 5.º Os prazos somente se iniciam, ou vencem, em dia de expediente normal da repartição em que tramita o processo em que deva ser praticado o ato.

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 6.º Os prazos terminados em sábado, domingo ou feriado serão, sempre, prorrogados para o dia útil imediato.

Art. 7.º O prazo para prática de ato de responsabilidade do interessado será de 15 (quinze) dias, salvo determinação legal ou regulamentar em contrário.

Art. 8.º Os prazos, a critério da autoridade competente, poderão ser prorrogados, por uma única vez, por prazo nunca superior ao anteriormente concedido, mediante requerimento fundamentado, entregue no órgão competente, antes do vencimento do prazo original.

TÍTULO II
DO PROCESSO GERAL

CAPÍTULO I
DO REQUERIMENTO

Art. 9.º A petição deverá conter os seguintes requisitos:

I – nome completo do requerente;
II – número da inscrição fiscal, se o requerente for contribuinte no Município;
III – endereço;
IV – a pretensão e seus fundamentos.

§ 1º. A petição será indeferida de plano quando manifestamente inepta ou quando a parte for ilegítima, sendo, contudo, vedado a qualquer servidor recusar seu recebimento.

§ 2º. É proibido reunir, na mesma petição, matéria referente a tributos diversos, bem como defesa ou recurso relativo a mais de um contribuinte ou autuação, lançamento ou decisão.

CAPÍTULO II
DA INTIMAÇÃO

Art. 10. O sujeito passivo deverá ser cientificado do ato que determinar o início do processo administrativo – tributário, bem assim de todos os demais de natureza decisória ou que lhe imponham a prática de qualquer ato.

Art. 11. A intimação será executada por servidor competente e comprovada com a assinatura do intimado ou de preposto seu ou, em caso de recusa, com a declaração escrita e assinada por quem fez a intimação.

Parágrafo Único - A autoridade competente poderá optar pela intimação por via postal, com prova de recebimento.

Art. 12. Poderá a intimação processar-se através de edital, quando não encontrada a parte interessada ou seu preposto.

§ 1º. Considera-se cumprida a intimação 5 (cinco) dias após a publicação do edital

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

no órgão oficial.

§ 2º. O edital será publicado uma única vez, contando-se o prazo, a que se refere o parágrafo anterior, a partir dessa data.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO PRÉVIO DE OFÍCIO

Art. 13. O procedimento prévio, de ofício, inicia-se pela ciência, ao sujeito passivo, de qualquer ato praticado por servidor competente para esse fim.

§ 1º. O início do procedimento exclui a espontaneidade do interessado.

Art. 14. O procedimento com a finalidade de exame da situação do sujeito passivo deverá estar concluído dentro de quarenta e cinco dias, prorrogáveis pelo mesmo prazo, por ato de autoridade competente, que determinará a ciência do interessado da prorrogação, antes do término do prazo anterior.

§ 1º. A prorrogação do prazo contar-se-á a partir do dia seguinte à data do término do prazo anterior.

§ 2º. A soma total das prorrogações ininterruptas não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias, salvo casos excepcionais, a critério da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 15. A retenção de livros, documentos, mercadorias para instruir o procedimento, far-se-á, sempre, com respaldo em auto de retenção com termo circunstanciado e, quando for o caso, cumulado com o auto de infração, observadas, no que couberem, as normas relativas à lavratura do auto de infração.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE OFÍCIO

Art. 16. O processo tributário de ofício inicia-se com a lavratura de auto de infração ou notificação de lançamento, distinto para cada tributo.

Parágrafo Único. Quando forem apurados mais de uma infração ou mais de um débito decorrentes de fatos conexos, uma única autuação poderá consubstanciar todas as infrações ou débitos.

Art. 17. O auto de infração e a notificação de lançamento serão lavrados por servidor competente, contendo obrigatoriamente:

I - a qualificação do autuado ou intimado;
II - o local, a data e a hora de sua lavratura ou de sua emissão;
III - a descrição circunstanciada dos fatos que justifiquem a exigência de tributos ou multas;
IV - a disposição legal infringida ou justificadora da exigência do tributo;
V - o valor do tributo reclamado;
VI - os prazos de recolhimento do débito com as reduções previstas em lei ou

3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

regulamento, se houver;
VII - o prazo para defesa ou impugnação;
VIII - a assinatura do servidor, seu cargo ou função.

Parágrafo Único. A notificação de lançamento emitida por processo eletrônico prescinde da assinatura.

Art. 18. O servidor que constatar a ocorrência de infração à legislação tributária e não for competente para formalizá-la, comunicará o fato, em representação circunstanciada, a seu Chefe imediato que adotará, incontinente, as providências cabíveis.

Art. 19. Os atos e termos processuais serão redigidos com clareza, sem espaços em branco, sem entrelinhas ou rasura não ressalvadas, e de forma sintética, de modo que possam ser lidos sem quaisquer dificuldades.

Art. 20. Os erros porventura existentes no Auto de Infração, considerados como tal os decorrentes de somas, de cálculos ou de capitulação da infração ou da multa, constatados antes da apresentação de qualquer impugnação ou recurso, poderão ser corrigidos pelo próprio autuante ou por seu chefe imediato ou a quem este incumba da verificação, sendo o contribuinte cientificado dessa correção, por escrito, e devolvido o prazo previsto para impugnação, se for o caso.

CAPÍTULO V
DAS NULIDADES

Art. 21. São nulos:

I – os atos praticados por autoridade ou servidor incompetente;
II – as decisões não fundamentadas;
III – os atos e decisões que impliquem em preterição, prejuízo ou cerceamento do direito de defesa.

Parágrafo Único. A nulidade do ato não alcança os atos posteriores, salvo quando dele decorram ou dependam.

CAPÍTULO VI
DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 22. O ingresso do sujeito passivo em juízo não suspenderá o curso do processo administrativo, salvo determinação judicial em contrário.

Art. 23. O curso do processo administrativo poderá, a critério do Secretário Municipal de Fazenda, ser suspenso, mediante requerimento fundamentado do contribuinte, por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único. O processo administrativo poderá ser suspenso, a critério do Secretário Municipal de Fazenda, quando convier, ao Município, aguardar a decisão judicial.

4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 24. Na organização do processo administrativo – tributário serão observadas, subsidiariamente, as normas concernentes ao processo administrativo comum.

Art. 25. É facultado ao contribuinte ou ao seu representante, legalmente constituído, obter vista do processo em que for parte, vedada a extração de cópias do processado, salvo se requerida através de Certidão de Inteiro Teor.

Art. 26. Os documentos apresentados pelas partes poderão ser restituídos, em qualquer fase do processo, desde que não haja prejuízo para a solução deste, exigindo-se a substituição por cópias autenticadas, na forma da lei.

TÍTULO III
DO PROCESSO CONTENCIOSO

CAPÍTULO I
DO LITÍGIO

Art. 27. Considera-se instaurado o litígio tributário, para os efeitos legais, quando o contribuinte opuser defesa ou impugnar:

I - auto de infração ou notificação de lançamento;
II - indeferimento de pedido de restituição de tributos, acréscimos ou penalidades;
III - contra recusa de recebimento de tributo, acréscimo ou penalidades, que o contribuinte procure espontaneamente recolher.

Parágrafo Único. O pagamento do auto de infração ou o pedido de parcelamento do débito importa em reconhecimento da dívida, pondo, assim, fim ao litígio tributário.

Art. 28. A defesa ou a impugnação deverá ser apresentada por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, contando da respectiva autuação e sustará a cobrança do crédito até decisão administrativa final.

Parágrafo Único. O autuante ou o servidor expressamente designado terá o prazo de até quarenta e cinco dias para apreciar a defesa ou a impugnação, a contar da data do recebimento da petição.

Art. 29. A defesa ou a impugnação, devidamente instruída com os documentos que a fundamentem, deverá ser apresentada à repartição onde estiver o processo inicial.

Parágrafo Único. É obrigatória a protocolização da defesa ou a impugnação, que será, sempre, anexada ao processo inicial, obedecida a ordem sequencial de datas.

Art. 30. Todos os meios legais, ainda que não especificados neste Decreto, são hábeis para provar fatos arguidos.

5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 31. A autoridade julgadora, na apreciação da prova formará livremente sua convicção, podendo determinar de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências ou perícias visando à adequada instrução dos autos.

Art. 32. A prova pericial, quando necessária, será realizada por servidor qualificado indicado pela autoridade competente, que fixará o prazo para apresentação do laudo pericial, atendendo ao grau de complexidade da perícia.

§ 1º. Concluída a perícia, será aberta vista ao contribuinte e ao autuante para se pronunciarem, no prazo comum de 15 (quinze) dias, sobre o laudo.

Art. 33. O sujeito passivo não se pronunciando, o processo prosseguirá seu curso até final decisão, que lhe será comunicado por via postal, com aviso de recebimento.
Parágrafo Único. Esgotado o prazo de 15 (quinze) dias para recurso ou pagamento do débito, o sujeito passivo será considerado devedor remisso, sendo o processo encaminhado ao órgão competente para a inscrição da dívida e consequente cobrança executiva.

CAPÍTULO II
DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 34. A decisão do litígio tributário, em primeira instância, compete a Secretaria Municipal de Fazenda e será fundamentada em razões de fato e de direito, contendo:

I – a análise, seja em mérito de contestação ou de concordância, dos argumentos invocados pelo contribuinte;
II – a decisão, propriamente dita, especificados os dispositivos legais em que se ampara;
§ 1º. À Fazenda cabe o ônus da prova de ocorrência do fato gerador da obrigação tributária; ao impugnante, o ônus da prova de extinção ou de exclusão do crédito exigido.
§ 2º. Caberá, ao contribuinte, recorrer da decisão de primeira instância, para ao Conselho de Contribuintes, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência da decisão do titular da Secretaria Municipal de Fazenda.
§ 3º Não serão conhecidos às impugnações ou recursos interpostos fora dos prazos estabelecidos neste Decreto, podendo qualquer autoridade julgadora denegar o seu seguimento.

Art. 35. Os autos de infração não impugnados serão remetidos pelo Secretario Municipal de Fazenda, após prévio controle de regularidade formal, ao Serviço da Dívida Ativa para imediata inscrição e posterior remessa à Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo as demais medidas previstas em Lei e regulamentos.

Art. 36. Se o auto de infração não atender aos requisitos formais de validade, passíveis de serem sanados, o Secretario Municipal de Fazenda determinará seu cancelamento e imediata instauração de nova ação fiscal.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

6

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 37. Caberá recurso, de ofício, da decisão de 1ª instância quando esta, total ou parcialmente, cancelar, modificar ou reduzir créditos tributários, decorrentes de auto de infração ou notificação de lançamento.

Art. 38. Compete ao Secretário Municipal de Fazenda, remeter o recurso ao Conselho de Contribuintes.

Art. 39. O recurso voluntário, com efeito suspensivo, deve ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão de primeira instância.

Art. 40. Os recursos, de ofício e voluntário, poderão ser totais ou parciais.

CAPÍTULO IV
DO JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 41. O recurso voluntário será julgado, em segunda instância, pelo Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba.

I - Os Conselheiros e o Representante da Fazenda Pública, designados para o Conselho, e em exercício, farão jus ao recebimento de Jeton, que será devido por cada sessão realizada, e de Gratificação Especial, que será percebida mensalmente.

II – A Gratificação Especial, de que trata o inciso I, fica estabelecida no valor correspondente a um salário mínimo nacional vigente, e o Jeton fica estabelecido no valor correspondente a 1/3 do mesmo salário.

III – Os suplentes não farão jus ao recebimento da gratificação especial, entretanto receberão o jeton em conformidade com a primeira parte do inciso I.

Art.42. O contribuinte poderá recorrer da decisão do Conselho de Contribuintes, para o Chefe do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias da data da publicação do acórdão, no órgão oficial do Município ou de conformidade com o estipulado no art. 12 deste Decreto.

Art. 43. Das decisões do Conselho de Contribuintes, contrárias à Fazenda Pública, caberá recurso de ofício, para o Chefe do Poder Executivo, de conformidade com o que dispõe a Lei n.º 28 de 30 de dezembro de 1994.

§1º. – Recebido o recurso e devidamente instruído, o Conselho remeterá o processo ao Gabinete do Prefeito, para os fins de que trata este artigo.

§2º. – Para fundamentação de sua decisão, o Chefe do Poder Executivo solicitará parecer conclusivo a ser emitido pelo Procurador-Geral do Município.

Art. 44. O Conselho de Contribuintes não poderá decidir por equidade, salvo excepcionalmente, observado, neste caso, o disposto nos parágrafos deste artigo.

§ 1º. Quando julgar aconselhável a aplicação da equidade, o Conselho de Contribuintes fará menção dessa circunstância no acórdão, devendo o processo ser encaminhado ao Secretário Municipal de Fazenda para apreciação da Matéria.

7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

§ 2º. A proposta de aplicação de equidade apresentada pelo Conselho de Contribuintes atenderá às características pessoais ou materiais da espécie julgada e será restrita à dispensada total ou parcial de penalidades pecuniárias, nos casos em que não houver dolo, fraude ou simulação.

CAPÍTULO V
DAS DECISÕES CONDENATÓRIAS

Art. 45. Encerra-se o litígio com:

I – a decisão definitiva;
II – a desistência de impugnação ou de recurso;
III – a extinção do crédito;
IV – qualquer ato que importe confissão da dívida,

Art. 46. São definitivas as decisões:

I – de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;
II – de segunda instância, de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem sua interposição;
Parágrafo Único. Serão também definitivas as decisões de primeira instância na parte não objeto de recurso voluntário ou não sujeita a recurso de ofício.

Art. 47. Transitada em julgado a decisão condenatória, o processo será enviado ao titular do órgão fiscal competente para adoção, conforme o caso, das seguintes providências:

I – Intimação do contribuinte para recolher o débito no prazo de 30 (trinta) dias;
II – Conversão em renda do depósito em dinheiro;
III – Venda dos títulos dados em garantia, convertendo-se seu valor em renda.
§ 1º. Nas hipóteses dos incisos II e III, quando os valores depositados ou apurados forem superiores ao montante da dívida, será o excesso colocado à disposição do interessado, deduzidas as despesas de execução.
§ 2º. No que se refere, ainda, às hipóteses dos incisos II e III, quando os valores depositados ou apurados forem inferiores ao total do débito, o contribuinte será intimado a recolher a diferença no prazo de 30 (trinta) dias.
§ 3º. Esgotado o prazo para cobrança amigável será extraída a Nota de Débito correspondente, quando couber, e providenciada a imediata execução do crédito tributário.

TÍTULO IV
DO PROCESSO NORMATIVO

CAPÍTULO I
DA CONSULTA

Art. 48. A consulta sobre matéria tributária é facultada a qualquer pessoa, nas

8

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

condições estipuladas neste Decreto.

Art. 49. A consulta deverá abranger somente dúvidas ou circunstâncias atinentes à situação do consulente e será formulada de modo claro, sintético e objetivo, formalizando, com precisão, a matéria cujo esclarecimento se fizer necessário e indicará:

I – o fato objeto da consulta;
II – as dúvidas pertinentes.

Art. 50. Compete a Secretaria Municipal de Fazenda instruir e informar os processos de consultas.

Parágrafo Único. O Secretário Municipal de Fazenda, conforme o caso dará caráter normativo aos pareceres, publicando-os no Diário Oficial do Município.

Art. 51. Caso o consulente discorde da resposta, poderá recorrer para o Secretário Municipal de Fazenda, no prazo máximo 30 (trinta) dias, contados do recebimento da consulta.

Parágrafo Único. A resposta, ao consulente, do Secretário Municipal de Fazenda será irrecorrível, na via administrativa.

Art. 52. A consulta não produzirá qualquer efeito legal e será indeferida, de plano, nos seguintes casos:

I – quanto formalizada depois de iniciado o procedimento fiscal contra o consulente;
II – não observar os requisitos estipulados no artigo 49.
III – quando manifestamente protelatória.

Art. 53. Nenhum procedimento fiscal será iniciado contra o consulente, relativamente à matéria consultada, enquanto não solucionada a consulta.

Art. 54. O contribuinte deverá adotar o procedimento determinado na consulta, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Fazenda remeterá, ao consulente, a resposta à consulta, por via postal.

Art. 55. Decorrido o prazo estipulado no artigo anterior, o consulente estará sujeito a todas as sanções estabelecidas na legislação própria, inclusive de natureza penal, se for o caso.

Art. 56. Aplica-se o disposto neste capítulo, no que couber, à consulta que verse sobre reconhecimento de isenção ou imunidade.

Art. 57. Os processos de consulta que versarem, inequivocamente, sobre assunto já decidido, serão solucionados de acordo com a decisão já proferida em caso semelhante,

9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

mediante simples referência ao respectivo parecer normativo, cuja ementa deverá ser transcrita.

Art. 58. A norma estabelecida no artigo anterior não implica em irreversibilidade das soluções indicadas nos pareceres normativos, cujo entendimento poderá ser modificado, por iniciativa do Secretário Municipal de Fazenda, sempre visando à interpretação mais adequada à norma legal aplicável.

CAPÍTULO II
DO PROCEDIMENTO NORMATIVO

Art. 59. A interpretação e a aplicação da legislação tributária serão, sempre que possível definida em instrução normativa a ser baixada pelo Secretario Municipal de Fazenda.
Parágrafo Único. Os órgãos da administração fazendária, em caso de dúvida quanto à interpretação e à aplicação da legislação tributária, deverão solicitar, por escrito, a instrução normativa pertinente.

TÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60. O Secretário Municipal de Fazenda poderá, quando assim julgar conveniente, avocar e decidir matéria pertinente a auto de infração, a consultas ou quaisquer processos em que se tenha instaurado litígio.
Parágrafo único. O Representante da Fazenda Pública, junto ao Conselho de Contribuintes, poderá interpor recurso ao Conselho de Contribuintes, sempre que a decisão do Secretário Municipal de Fazenda for contrario a Fazenda Pública;

Art. 61. As disposições deste Decreto são aplicáveis no que couber, aos procedimentos fiscais referentes à legislação tributária, inclusive no que diz respeito aos processos de consulta e ao julgamento de recursos administrativos submetidos, em 2ª instância, ao Conselho de Contribuintes do Município e, em última instância ao Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 62. As normas aprovadas por este Decreto aplicam-se aos processos ainda não julgados, definitivamente, na via administrativa.

Art. 63. O Conselho de Contribuintes, de que trata o Art. 41, compõe-se de cinco membros, com a denominação de Conselheiros, que serão nomeados pelo Prefeito, sendo três representantes do Município e dois representantes dos contribuintes, alem dos Conselheiros será, também, designado um Secretário-Geral e seu respectivo suplente.

§ 1º Os representantes do Município, bem como o Secretário-Geral, serão escolhidos pelo Prefeito dentre cidadãos de notórios conhecimentos jurídicos ou de legislação tributária, indicados pelo Secretário Municipal de Fazenda, independentemente do nível acadêmico ou vinculação jurídica funcional.
§ 2º Os representantes dos contribuintes serão escolhidos pelo Prefeito dentre os relacionados em lista tríplice apresentada pelas associações representativas por ele indicadas.
§ 3º Deverão ser escolhidos e nomeados, na forma do disposto neste artigo, os

10

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Suplentes, inclusive a suplência do Secretário-Geral, observando-se a mesma proporção mencionada no caput.

§ 4º Será de dois anos o mandato de cada Conselheiro e Secretário-Geral, bem como os Suplentes, permitida à recondução, ficando autorizado o Chefe do Executivo a alteração da composição do Conselho de Contribuintes, parcial ou total, em casos de falecimento, desistência, impedimento ou vacância por qualquer motivo.

§ 5º. O Conselho de Contribuintes funcionará em regime de câmara única, composta pelos cinco conselheiros e o representante da Fazenda Publica, e deliberará com presença mínima de maioria simples.

Art. 64. O Prefeito, por indicação do Secretário Municipal de Fazenda, designará o Presidente do Conselho de Contribuintes, seu Vice-Presidente e Secretário-Geral.

Art. 65 A Fazenda Pública Municipal terá, junto ao Conselho de Contribuintes, dois representantes, um em exercício e outro suplente, designados pelo Prefeito, por indicação do Secretário Municipal de Fazenda, dentre os funcionários públicos em exercício nesta Secretaria que possuam reconhecida experiência em legislação tributária, independentemente do nível acadêmico ou vinculação jurídica funcional.

§1º. Excepcionalmente poderão ser designados outros Representantes da Fazenda Pública, desde que devidamente justificado.

§2º. Para cada Representante designado, deverá ser designado, também, um suplente.

Art. 66. O Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba terá o prazo de sessenta dias para aprovar o novo Regimento Interno, em conformidade com os preceitos fazendários e tributários.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Município será estatuído através do ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 67. Fica aprovado o modelo de Portaria de nomeação e designação de membros do Conselho de Contribuintes, na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 68. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 69. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº. 2618, de 24 de agosto de 2011, Decreto nº. 3036, de 02 de agosto de 2013, Decreto nº 3122, de 17 de dezembro de 2013, Decreto nº. 3965, de 08 de novembro de 2018, e Portaria nº 750, de 22 de janeiro de 2019, bem como todas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 05 de abril de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

11

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

ANEXO I

PORTARIA Nº XXX DE XX DE XXXXXX DE XXXX.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a Lei nº 28, de 30 de dezembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear e Designar os membros do CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, com mandato de 2 (dois) anos, conforme disposição abaixo, com efeito imediato:

1. REPRESENTANTES DO MUNICIPIO

CONSELHEIROS
I - XXXX
II - XXXX
III - XXXX

SUPLENTES
I - XXXX
II - XXXX
III – XXXX

2. REPRESENTANTE DOS CONTRIBUINTES

CONSELHEIROS
I - XXXX
II - XXXX

SUPLENTES
I - XXXX
II - XXXX

3. REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

12

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal De Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

REPRESENTANTE
XXXX
SUPLENTE
XXXX

4. SECRETÁRIA-GERAL

SECRETÁRIO-GERAL
XXXX
SUPLENTE
XXXX

Art. 2º. Ficam designados para exercerem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os conselheiros:

I – XXXX
II – XXXX

Art. 3º Os membros do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba deverão cumprir as normas estabelecidas da Lei nº 28, de 30 de dezembro de 1994, bem como o Decreto Municipal nº xxxx, de xx de xxxxx de 2019.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Mangaratiba, xx de xxxx de XXXX.

Alan Campos da Costa
Prefeito

13

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
SECRETARIA ADJUNTA DE SUPRIMENTOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Órgão: Secretaria Municipal de Educação

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Adjunta de Suprimentos, bem como as manifestações em despachos exarados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Geral do Município, e de acordo com a Lei Municipal N.° 41/2017, **HOMOLOGO** o Pregão Presencial no Sistema de Registro de Preços nº 026/2018- Republicação, Processo Administrativo nº **8009/2018; 4801/2018; 7159/2018 e 14134/2017**, visando a **Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado de Material de Limpeza e Higiene, para atendimento das eventuais necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração e Fundação Mário Peixoto, pelo período de 12 (doze) meses.**, em favor das empresas abaixo:

EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL
BAZAR IRMÃOS MENDES LTDA ME- CNPJ: 19.004.598/0001-15	R$ 367.932,52
DIMARCA AMBIENTAL COMÉRCIO DE PRODUTO AMBIENTAL LTDA. EPP- CNPJ: 09.364.392/0001-42:	R$ 82.950,00
DJ DIAS COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME- CNPJ: 17.874.862/0001-46	R$ 189.316,04
LATTANZI COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA- CNPJ: 07.412.807/0001-80	R$ 59.997,65
LAZZARI MARTINEZ COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME CNPJ: 09.543.571/0001-47	R$ 50.661,80
MGC GOLVIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 21.057.713/0001-61	R$ 525.805,57
SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA-EPP- CNPJ: 18.589.619/0001-49	R$ 78.462,87
TRIBAO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA- CNPJ: 21.891.781/0001-21	R$ 63.674,66
VALOR TOTAL GERAL	**R$ 1.418.801,11**

Perfazendo um valor total de **R$: 1.418.801,11 (hum milhão quatrocentos e dezoito mil e oitocentos e um reais e onze centavos).**

Mangaratiba, 13 de março de 2019.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
SECRETARIA ADJUNTA DE SUPRIMENTOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Órgão: Secretaria Municipal de Educação

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Adjunta de Suprimentos, bem como as manifestações em despachos exarados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Geral do Município, e de acordo com a Lei Municipal N.° 41/2017, **HOMOLOGO** o Pregão Presencial no Sistema de Registro de Preços nº 002/2019, Processo Administrativo nº **05440/2018**, visando a **Contratação de Empresa especializada para futura e eventual aquisição de Utensílios de Cozinha para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e a Secretaria de Educação, pelo período de 12 (doze) meses.**, em favor das empresas abaixo:

EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL
BAZAR IRMÃOS MENDES LTDA ME- CNPJ: 19.004.598/0001-15	R$ 82.068,95
LAZZARI MARTINEZ COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME CNPJ: 09.543.571/0001-47	R$ 113.804,98
SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA-EPP- CNPJ: 18.589.619/0001-49	R$ 50.253,74
VALOR TOTAL GERAL	**R$ 246.127,67**

Perfazendo um valor total de **R$: 246.127,67 (duzentos e quarenta e seis mil cento e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).**

Mangaratiba, 14 de março de 2019.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
SECRETARIA ADJUNTA DE SUPRIMENTOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Secretaria Municipal de Educação

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Adjunta de Suprimentos, bem como as manifestações em despachos exarados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Geral do Município, e de acordo com a Lei Municipal N.° 41/2017, **HOMOLOGO** o **Pregão Presencial SRP N.° 019/2018,** oriundo do Processo Administrativo N.° 7846/2018 e Apenso: 5514/2018, visando a **Contratação de Empresa especializada para fornecimento parcelado de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNES, FRIOS E EMBUTIDOS), para atendimento das eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses,** em favor da empresa: **GRILL-RIO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ: 11.497.152/0001-68**, **totalizando o valor de R$ R$ 610.023,98** (seiscentos e dez mil vinte e três reais e noventa e oito centavos). ***Este valor refere SOMENTE para a Secretaria Municipal de Educação.**

Mangaratiba, 12 de março de 2019.

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação
15/2 de Janeiro 2019

Daniela de Souza Veríssimo da Silva
Secretária Municipal de Educação

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA.

Data: 28/03/2019

NOTIFICAÇÃO

Nº 0063-CA/2019

RAZÃO SOCIAL: CONDOMÍNIO MURIQUI RESIDENCES
ENDEREÇO: RUA 16, LOTE 01, MURIQUI- MANGARATIBA/RJ.
CNPJ/CPF: ---------- PROCESSO Nº: 4.954/2019

O REPRESENTANTE legal da pessoa Jurídica acima mencionada fica notificado por esta Secretaria a cumprir e atender o que abaixo se solicita.

TEOR DA NOTIFICAÇÃO

Considerando as atribuições da Constituição Federal 1988, arts. 23, 24, 30 e 225, § 2º;
Considerando as atribuições da Lei Federal nº 6.938/81;
Considerando as atribuições da Lei Federal nº 9.605/98;
Considerando as atribuições da Lei Federal nº 12.651/12, art. 8º;
Considerando as atribuições da Lei Complementar nº 140/11;
Considerando as atribuições do Decreto Federal nº 6.514/08;
Considerando as atribuições da Resolução CONAMA nº 001/86, art. 1º;
Considerando as atribuições do Decreto Estadual nº 42.356/10;
Considerando as atribuições da Resolução CONEMA nº 83/18;
Considerando a Lei Orgânica do Município de Mangaratiba;
Considerando as atribuições da Lei Municipal nº 325/01;
Considerando o Ofício SUPBIG nº 070/19; e
Considerando o Relatório de vistoria nº 015.01.19.

CONSIDERANDO O OFÍCIO SUPBIG Nº 070/2019. CONSIDERANDO O RELATÓRIO DE VISTORIA Nº 015.01.19. E CONSIDERANDO O DESPACHO DE FOLHA 06 DO PROCESSO Nº 4.954/2019, FICA O RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO NOTIFICADO A COMPARECER NESSA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, NO PRAZO DE 07 (SETE) DIAS, PARA TOMAR CIÊNCIA ACERCA DO TEOR DO PROCESSO SUPRAMENCIONADO, ASSIM COMO AS EVENTUAIS MEDIDAS QUE DEVERÃO SER TOMADAS,.

NOME: CAMILA C. B. DA CONCEIÇÃO - COORDENADORA | CÓDIGO: 69339

FICA O RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO SUJEITO A SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL 9.605/98 E DECRETO FEDERAL 6.514/08.
RESSALTAMOS QUE O RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO DEVERÁ FORMALIZAR AGENDAMENTO COM A SERVIDORA EMILIANI DA ROCHA, POR MEIO DO TELEFONE (21) 97164-5199.

CIENTE:
NOME:
DOC. IDENTIFICAÇÃO:
DATA: / / . HORA: :

VIA01

Scanned by CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA.

Data: 28/03/2019

NOTIFICAÇÃO

Nº 0064-CA/2019

RAZÃO SOCIAL: CONDOMÍNIO PARAÍSO VERDE
ENDEREÇO: RUA 16, LOTE 02, MURIQUI- MANGARATIBA/RJ.
CNPJ/CPF: ---------- PROCESSO Nº: 4.954/2019

O REPRESENTANTE legal da pessoa Jurídica acima mencionada fica notificado por esta Secretaria a cumprir e atender o que abaixo se solicita.

TEOR DA NOTIFICAÇÃO

Considerando as atribuições da Constituição Federal 1988, arts. 23, 24, 30 e 225, § 2º;
Considerando as atribuições da Lei Federal nº 6.938/81;
Considerando as atribuições da Lei Federal nº 9.605/98;
Considerando as atribuições da Lei Federal nº 12.651/12, art. 8º;
Considerando as atribuições da Lei Complementar nº 140/11;
Considerando as atribuições do Decreto Federal nº 6.514/08;
Considerando as atribuições da Resolução CONAMA nº 001/86, art. 1º;
Considerando as atribuições do Decreto Estadual nº 42.356/10;
Considerando as atribuições da Resolução CONEMA nº 83/18;
Considerando a Lei Orgânica do Município de Mangaratiba;
Considerando as atribuições da Lei Municipal nº 325/01;
Considerando o Ofício SUPBIG nº 070/19; e
Considerando o Relatório de vistoria nº 015.01.19.

CONSIDERANDO O OFÍCIO SUPBIG Nº 070/2019. CONSIDERANDO O RELATÓRIO DE VISTORIA Nº 015.01.19. E CONSIDERANDO O DESPACHO DE FOLHA 06 DO PROCESSO Nº 4.954/2019, FICA O RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO NOTIFICADO A COMPARECER NESSA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, NO PRAZO DE 07 (SETE) DIAS, PARA TOMAR CIÊNCIA ACERCA DO TEOR DO PROCESSO SUPRAMENCIONADO, ASSIM COMO AS EVENTUAIS MEDIDAS QUE DEVERÃO SER TOMADAS,.

NOME: CAMILA C. B. DA CONCEIÇÃO - COORDENADORA | CÓDIGO: 69339

FICA O RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO SUJEITO A SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL 9.605/98 E DECRETO FEDERAL 6.514/08.
RESSALTAMOS QUE O RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO DEVERÁ FORMALIZAR AGENDAMENTO COM A SERVIDORA EMILIANI DA ROCHA, POR MEIO DO TELEFONE (21) 97164-5199.

CIENTE:
NOME:
DOC. IDENTIFICAÇÃO:
DATA: / / . HORA: :

VIA01

Scanned by CamScanner

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

DECRETO N.º 4.045, DE 11 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 12.ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, no uso de sua atribuição de acordo com a Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, em consonância com a Lei Municipal n.º 475, de 18 de outubro de 2005, alterada pela Lei n.º 839, de 28 de dezembro de 2012, em observância às Leis Federais n.os 8080, de 19 de setembro de 1990 e 8142, de 28 de dezembro de 1990, considerando o Ofício n.º 012/2019 CMS, do Conselho Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1.º Fica convocada 12.ª Conferência Municipal de Saúde a realizar-se no dia 15 de maio de 2019, no Colégio Estadual João Paulo II.

Art. 2.º As despesas com realização da Conferência ocorrerão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.

Art. 3.º O Regimento Interno da Conferência Municipal de Saúde será elaborado pelo Conselho e aprovado pelos Delegados presentes na Conferência.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 11 de abril de 2019.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Claud Bernard
Talita Girão
Rafaela Neves
Heider Rangel

Edição e Revisão:
Amanda Bernardo
Isabele Mariano

Diagramação:
Claud Bernard Filho

Fotografia:
Alan de Barros

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal